

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	3
Título: Governo aceita negociar multas da greve dos caminhoneiros.....	3
Título: Incêndio paralisa a maior refinaria da Petrobras, em SP.....	4
Título: Eletrobras: Justiça libera venda de distribuidoras	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Vaivém das commodities	5
Título: TST derruba liminar contra leilão da Eletrobras	7
Título: ANP flexibiliza conteúdo nacional em área do pré-sal	8
Título: Samarco prepara retorno após desastre, diz executivo da BHP.....	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: CSN pagará dividendo para amortizar dívida de holding.....	11
Título: TST libera venda de distribuidoras da Eletrobrás	13
Título: Explosão paralisa maior refinaria da Petrobrás	13
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: Distribuidoras irão a leilão	14
Título: ICMS de combustíveis em debate.....	16
Título: Novo nome para a rede Ale?	17
VEÍCULO: Valor Econômico	17
Título: União cobre dívida de R\$ 417 mi de MG	17
Título: TST libera venda de ativos da Eletrobras	19
Título: Planalto ressuscita linhão de energia entre AM e RR.....	20
Título: PDVSA concorda em pagar US\$ 2 bilhões, diz Conoco	21
Título: Geração distribuída, uma evolução natural.....	22

Título: Destaques	25
Título: Mercado questiona pagamento de dividendos da CSN.....	26
Título: Samarco dificilmente volta em 2019, diz executivo da BHP	27
Título: Especialista defende isonomia para mercado de aço.....	29
Título: Consumo aparente fica 12% maior em julho.....	31
Título: Petrobras quer reduzir conteúdo local	32
Título: Ações de saneamento e energia podem ganhar apelo com eleição	33
Título: Lenta retomada.....	34
Título: Produtos acabados sofrem mais com cotas dos EUA	37
Título: Excedentes pressionam mercado mundial	38
Título: Exportações podem se recuperar	40
Título: Endividamento das estatais chinesas supera média global.....	42
Título: Ações das siderúrgicas têm mais fôlego	44
Título: Câmbio e commodities minerais favorecem preços.....	46
Título: Crise na construção fez vendas de aços longos recuarem 34%.....	47
Título: Exportações mantêm projeções de alta para venda de máquinas.....	49
Título: Linha branca deve ter mais crescimento	51
Título: Indústria automobilística contribui com recuperação.....	52
Título: ArcelorMittal aposta no mercado internacional	54
Título: Evento reúne governo e especialistas globais do setor.....	55
Título: Mercado demanda novas ações de sustentabilidade.....	56
Título: Economia circular ganha mais espaço na siderurgia	58
Título: Sucata retorna à indústria com ganhos ambientais e sociais.....	59
Título: Fusões e aquisições garantem sinergias	61
Título: Portfólio do setor siderúrgico atende diversas áreas	62
Título: Indústria 4.0 traz eficiência e ganhos de produtividade.....	63

VEÍCULO: O Globo**Data: 21/08/2018****Seção: Economia****Autor: Geralda Doca****Título: Governo aceita negociar multas da greve dos caminhoneiros**

Punições por paralisação chegam a R\$ 715 milhões para 151 empresas. Cobrança fica suspensa por 14 dias. Ministra da AGU, Grace Mendonça, vai conduzir conversas

O governo está disposto a rever o valor das multas aplicadas pela Justiça às transportadoras durante a greve dos caminhoneiros. O valor total é de R\$ 715 milhões e está sendo cobrado de 151 empresas. As negociações serão conduzidas pela ministra da Advocacia-Geral da União (AGU), Grace Mendonça. Uma audiência entre as partes será realizada no dia 29 deste mês. Segundo técnicos a par do assunto, os devedores poderão ganhar um desconto e pagar a dívida de forma parcelada.

Os percentuais de abatimento e o número de parcelas do pagamento da multa ainda serão negociados entre o governo e as empresas. A anistia total só será concedida em casos específicos, como comprovação de que o transporte de carga é a principal atividade da empresa. Uma primeira audiência para discutir o assunto foi realizada ontem pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, mas não houve acordo.

Diante disso, a cobrança das multas foi suspensa por mais 14 dias. O ministro é o relator de uma ação apresentada pela AGU para acabar com a paralisação no fim de maio. Ele arbitrou uma multa de R\$ 100 mil por hora para as empresas que estavam obstruindo vias e arredores.

EMPRESAS SE JUSTIFICAM

A anistia às multas foi incluída pelo Congresso Nacional na medida provisória (MP) 832, que fixou uma política de preços mínimos para o transporte rodoviário de carga. Mas o presidente Michel Temer vetou o artigo ao sancionar a lei por considerá-lo inconstitucional. O problema foi transferido para o STF. O governo, no entanto, já tinha informado a Alexandre de Moraes que estava disposto a ceder e revisar os valores cobrados, disse um técnico envolvido com as discussões.

Segundo interlocutores, durante a reunião com o ministro, as empresas apresentaram várias justificativas para não efetuar o pagamento. Entre elas, que seus funcionários foram impedidos de conduzir os caminhões e até que os veículos estavam em manutenção nas oficinas mecânicas. A AGU vai analisar caso a caso. Além das transportadoras, vão participar da audiência de conciliação com Grace Mendonça representantes dos caminhoneiros que estão filiados aos sindicatos e associações da categoria

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/08/2018

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: Incêndio paralisa a maior refinaria da Petrobras, em SP

Perda para estatal pode chegar a R\$ 100 milhões por dia. Retomada da produção ainda não tem prazo

Um incêndio na madrugada de ontem interrompeu as atividades na refinaria da Petrobras em Paulínia, a Replan, no interior de São Paulo. As chamas foram logo controladas por equipes da própria Petrobras, com o reforço do Corpo de Bombeiros, mas, até a noite de ontem, não havia previsão de quando a unidade voltaria a produzir. O impacto no abastecimento de combustíveis vai depender de quanto tempo a produção ficará suspensa.

REPLAN: 20% DO REFINO

A Petrobras paralisou preventivamente a produção e informou que vai instaurar uma comissão para avaliar as causas da ocorrência. Segundo a estatal, o fogo atingiu parte de uma das unidades de craqueamento catalítico — processo que aumenta o rendimento do petróleo refinado — e de uma de destilação atmosférica, que fazem parte do processo de refino de petróleo. Não houve feridos. A Replan é a maior refinaria do país, responsável por cerca de 20% da produção de derivados, com capacidade total de 434 mil barris diários de combustíveis.

Nos cálculos da XP Investimentos, a Petrobras terá um prejuízo de cerca de R\$ 100 milhões por cada dia de paralisação da refinaria, mas a estatal não quis se pronunciar sobre custos. A empresa informou que conta com estoques e a produção das demais refinarias para garantir a oferta de combustíveis. Especialistas confirmam que a Petrobras tem capacidade de remanejar a produção se a unidade ficar parada por alguns dias, já que suas refinarias têm operado abaixo da capacidade total.

Mas, se o período de paralisação ultrapassar uma semana, a estatal pode ser obrigada a importar mais. O quanto essas importações poderão impactar nos preços é difícil de estimar neste momento e vai depender do volume e dos preços internacionais. — Não sei o tamanho do acidente, mas pode implicar em mais importações se a unidade ficar muito tempo parada — destacou o especialista em óleo e gás Adriano Pires.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/08/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Eletrobras: Justiça libera venda de distribuidoras

Tribunal Superior do Trabalho cassa decisão que impedia leilão de empresas no Norte e Nordeste

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Brito Pereira, suspendeu ontem a decisão que impedia o leilão de distribuidoras de energia da Eletrobras no Norte e Nordeste. Com isso, a estatal fica livre para seguir com a privatização. O leilão das empresas de Roraima, Acre e Rondônia está marcado para o próximo dia 30. O da distribuidora do Amazonas está previsto para 26 de setembro. A venda da empresa de Alagoas segue suspensa por liminar do Supremo.

A Eletrobras só conseguiu vender até agora a distribuidora do Piauí. O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no Rio, havia suspendido a privatização na última quinta-feira sob o argumento de que não havia estudos indicando impactos nos contratos de trabalho. Na decisão, Pereira afirmou que não há norma obrigando a apresentação desse tipo de estudo.

E avaliou que houve demonstração clara, em assembleia geral, de que os acionistas da Eletrobras optaram pela venda das distribuidoras, em vez da liquidação, o que, em princípio, representa a manutenção das empresas e dos contratos de trabalho.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/08/2018

Seção: Colunas

Autor:

Título: Vaivém das commodities

Com oferta elevada, preço em baixa e dólar alto, exportação de etanol dispara

A exportação de etanol deverá superar os 800 milhões de litros nos cinco primeiros meses desta safra, que se iniciou em abril. Se confirmado, esse volume superará em 13% o de igual período de 2017.

O crescimento anual ocorre devido à aceleração do ritmo das vendas externas dos últimos dois meses. Em julho, foram 253 milhões de litros.

Em agosto, o volume poderá atingir 356 milhões, se for mantido, até o fim do mês, o mesmo ritmo dos 13 primeiros dias úteis. Em agosto, as exportações já somam 201 milhões de litros.

As vendas externas aumentam porque a oferta interna de etanol é boa e os preços estão em baixa. Com isso, o produto brasileiro ficou mais competitivo no mercado externo, principalmente com a ajuda da alta do dólar.

Em abril, no início da safra, com preços internos ainda aquecidos pela entressafra, a vantagem ficava para as importações. A partir de julho, porém, os preços ficaram favoráveis para os exportadores, que aumentaram o ritmo das vendas.

No mês passado, as exportações somaram 253 milhões de litros, segundo dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior). Neste mês, poderão atingir 356 milhões.

De abril a julho, 308 milhões de litros de álcool anidro e 205 milhões de hidratado haviam deixado as usinas do centro-sul para o mercado externo.

Antonio de Padua Rodrigues, diretor da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), diz que alguns mercados, como o da Coreia do Sul, ajudam a elevar o volume exportado.

Os sul-coreanos compraram 154 milhões de litros nesta safra, mas a liderança ainda é dos EUA. Os americanos importaram 266 milhões de litros no período no Brasil.

Padua acredita que as exportações de etanol devam atingir 1,6 bilhão de litros nesta safra 2018/19.

As receitas obtidas com as vendas externas, que já somaram US\$ 95 milhões nas primeiras semanas de agosto, conforme dados da Secex, poderão atingir US\$ 168 milhões no mês.

As usinas da região centro-sul venderam 9,3 bilhões de litros de etanol de abril a julho. Segundo a Unica, 6,2 bilhões foram de etanol hidratado — 38% mais do que em igual período de 2017.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/08/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: TST derruba liminar contra leilão da Eletrobras

O presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), ministro João Batista Brito Pereira, suspendeu nesta segunda-feira liminar da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro contra a privatização de distribuidoras de energia da Eletrobras.

O presidente do órgão atendeu pleito da AGU (Advocacia-Geral da União) feito na sexta-feira (17), derrubando decisão do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) do Rio de Janeiro.

A Eletrobras tenta vender cinco subsidiárias em Rondônia, Roraima, Acre, Amazonas e Alagoas.

A distribuidora do Piauí foi leiloada no dia 26 de julho.

Federações de trabalhadores da Eletrobras recorreram à Justiça do Trabalho contra a privatização.

A 49a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro determinou a suspensão dos leilões e a realização de estudos, no prazo de 90 dias, sobre o impacto da venda das distribuidoras.

A decisão foi mantida pelo Órgão Especial do TRT.

O presidente do TST, no entanto, afirmou que não foi apresentado documento ou uma norma que obrigue a Eletrobras a elaborar um estudo de impacto.

Brito Pereira ressalta que há controvérsia sobre a competência da Justiça trabalhista fluminense para tratar do tema, porque “não se discutem direitos de empregados que trabalham no estado do Rio de Janeiro”.

“Tem-se por presente o manifesto interesse público, bem como a iminência de grave lesão à ordem e à economia pública”, acrescentou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 21/08/2018**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** ANP flexibiliza conteúdo nacional em área do pré-sal

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) reduziu os compromissos de compra de bens e serviços no país do contrato de Libra, a maior descoberta de petróleo do país, no pré-sal. Com isso, a Petrobras e seus sócios poderão contratar plataformas no exterior sem o risco de multas.

É o primeiro grande contrato nacional que consegue aprovar a flexibilização do conteúdo nacional. Segundo o **MME (Ministério de Minas e Energia)**, a medida destrava US\$ 16 bilhões (R\$ 64 bilhões) em investimentos na instalação de três plataformas de produção de petróleo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 21/08/2018**Seção:** Cotidiano**Autor:** José Marques e Marcelo Leite**Título:** Samarco prepara retorno após desastre, diz executivo da BHP

Empresa prevê reconstruir vilarejo de Mariana em até 2 anos e retomar mineração

ENTREVISTA BRYAN QUINN

Agora que a licença ambiental para a construção do novo vilarejo de Bento Rodrigues, em Mariana (MG), foi expedida, a Samarco pode se preparar para voltar à operação. Mas isso deve demorar ainda pelo menos dois anos.

A avaliação é de Bryan Quinn, executivo da anglo-australiana BHP Billiton, sócia da brasileira Vale na mineradora responsável pelo desastre de 5 de novembro de 2015.

Chefe do setor de joint ventures não operadas diretamente pela BHP, portanto responsável pela participação na Samarco, Quinn reclama de entraves burocráticos que não permitiram acelerar a remediação ambiental e o

pagamento de indenizações após o rompimento da barragem de Fundão, que matou 19 pessoas.

No entanto, Quinn se anima com o aval da Justiça, em 8 de agosto, ao último acordo com o Ministério Público Federal, dois anos e meio após acerto com o governo federal. O novo documento impõe maior participação dos atingidos nas decisões tomadas pela Fundação Renova, criada pelas mineradoras para fazer a recuperação social e ambiental.

“Não me parece necessariamente certo ver a mineração acontecendo e Bento não acontecendo. Isso é muito importante para nós”, afirma.

Na estimativa da Renova, a construção do novo Bento deve demorar entre 22 e 24 meses. Em paralelo, a Samarco tentará obter nova licença operacional e resolver problemas estruturais internos, além de encontrar soluções de segurança para os rejeitos, a fim de voltar a minerar.

Quinn nega que a empresa soubesse de problemas estruturais na barragem que poderiam ter levado à ruptura, como acusa a Procuradoria.

Responsabilidade da BHP

Li o relatório [de especialistas contratados pelas mineradoras] dois anos atrás, quando foi publicado. Ele é muito abrangente em termos da série de coisas [que contribuíram para o rompimento].

No nosso entendimento, ninguém tinha informação para dizer que sabia que a barragem iria falhar. Na operação sempre há pequenas coisas que saem errado, as pessoas agem e corrigem, não diria que isso é algo incomum em qualquer indústria pesada.

Não concordamos com as especulações [de que a BHP sabia dos riscos e nada fez] e vamos nos defender.

Por que BHP demorou a falar

[Agora] temos coisas positivas em duas frentes: a ratificação do acordo de governança, ontem [8/8] e, em segundo lugar mas muito importante, a licença para o reassentamento de Bento Rodrigues, concedida semanas atrás. A preparação para as obras de construção está andando, uma notícia fantástica.

De início, antes de a Renova entrar em cena, pusemos nosso foco, energia e esforços em resolver o problema, em consertar com segurança a barragem. Depois, quisemos garantir que a Renova se estabelecesse e fosse eficaz em remediação e compensação.

Vantagens de novo acordo

É frustrante que as coisas estejam demorando tanto, frustrante para nós e para a pessoa que está esperando pela compensação [indenização] ou pela remediação [recuperação ambiental]. Não estou criticando, só gostaríamos de ver as coisas andando muito mais depressa. Acreditamos que o acordo de governança assinado com todas as partes pode reuni-las todas e, tomara, seguir em frente.

Não podemos desfazer o que aconteceu. Tudo que podemos fazer é corrigir isso, em termos de remediação e compensação. As melhores características do acordo estão no fato de as comunidades agora terem envolvimento em todos os seus aspectos, os conselhos, os comitês, os grupos técnicos, as comunidades originais, as comissões locais.

Recuperação x indenizações

A remediação ambiental está indo excepcionalmente bem. Mais de 130 afluentes estão em recuperação. Aproximadamente 500 nascentes. Se você viaja ao longo do rio nem consegue perceber o que de fato ocorreu. Em termos sociais, há duas áreas em que estamos mais focados, no reassentamento, uma das questões sociais mais importantes, e em apoiar a Renova para que devolva os pescadores às suas atividades econômica tão rápido quanto possível.

O novo e o velho Bento

Cabe à comunidade e ao município [Mariana] decidir o que querem fazer [com o velho vilarejo de Bento Rodrigues]. Há obviamente questões de segurança no local impactado pelos rejeitos.

Se for um memorial, seria bom para a comunidade, mas precisamos avaliar os riscos em termos de estabilidade das construções. Odiaria que as pessoas façam daquilo um lugar para visitar e depois um teto cair e ferir ou matar alguém. Reconheço que há um cemitério lá, importante para todo mundo visitar os entes que morreram. A questão é garantir que seja seguro.

A Renova está falando em 22 a 24 meses [para construir o novo Bento]. Estão concentrados em fazer a área central primeiro, a infraestrutura, o centro, e o projeto de arquitetura de cada casa ainda tem de ser aprovado pelo município.

Volta da Samarco

Entendemos que a Samarco é uma organização muito importante para a região de Mariana. Houve várias reuniões comunitárias em favor do retorno da Samarco. Ainda há muitos passos pela frente, licenças, permissões. Parte de

minha incompreensão é que sempre há mais uma aprovação [a obter]. A Samarco está tirando a licença de operação, o que deve acontecer até o ano que vem.

Em paralelo ao processo de licença, algum trabalho de preparação tem de ser realizado, algumas questões legais a serem resolvidas com o Ministério Público. Vai ser uma operação de baixa produção por vários anos, portanto a viabilidade será muito diferente do que era antes de ser paralisada.

Burocracia

Todo país tem algum nível de processos [burocráticos]. A frustração de não ver as coisas andarem mais depressa vem em parte de não entendermos esses processos.

Estamos um pouco desapontados com a velocidade das coisas, mas para a maioria das pessoas é normal. Até mesmo para coletar amostras de peixes [do mar] tem havido restrições. Não entendemos por quê.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/08/2018

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati Cynthia Decloedt Fernanda Guimarães

Título: CSN pagará dividendo para amortizar dívida de holding

Coluna do Broadcast

O inesperado pagamento de dividendos pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de R\$ 890 milhões, teve como estratégia prover caixa para uma das holdings da família Steinbruch, que precisa honrar parte de um crédito com o Bradesco. Isso porque o banco atrelou o alongamento de uma dívida detida pela CSN, que está em negociação, à amortização de parcela de outra dívida, detida pela holding da família.

Assim, o pagamento de proventos, anunciado na última sexta-feira, foi a solução encontrada para cumprir com essa condição imposta pela instituição financeira. A dívida em questão é composta por debêntures, emitidas pela holding e encarteiradas na totalidade pelo Bradesco, somando R\$ 1,656 bilhão na ocasião.

Atualizada, no entanto, a dívida se aproximaria de R\$ 2 bilhões. Essas debêntures têm como garantia ações da própria CSN, além de fiança prestada

por Benjamin Steinbruch, presidente da siderúrgica. Antes do Bradesco, a CSN já havia reperfilado sua dívida junto a Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, mediante mais garantias.

» Pressão.

O mercado tem cobrado da CSN a redução de seus níveis de alavancagem. Ao fim de junho último, o endividamento líquido era de R\$ 26,7 bilhões. Procurada, a CSN reiterou seu compromisso “com a rápida redução de sua alavancagem, a fim de alcançar as metas de curto e médio prazos, recentemente comunicadas ao mercado, por meio do seu programa de desinvestimento em curso e da constante melhoria operacional”.

» Franquia.

A explosão na madrugada de ontem, na Refinaria de Paulínia (Replan), em São Paulo, não deve fazer a Petrobrás acionar sua apólice de seguros para cobrir eventuais prejuízos. Isso porque o impacto financeiro mensurado até o momento deve ficar dentro da franquia da apólice, de até US\$ 180 milhões.

» Fresquinho.

A Petrobrás renovou, em maio último, o seu programa de seguros no Brasil. O sindicato de seguradoras tem a norte-americana Chubb, na posição de líder, a japonesa Tokio Marine e a BB Mapfre, que seguem à frente do contrato que envolve mais de US\$ 40 milhões em prêmios de seguros e alguns bilhões de reais em importância segurada. Vale lembrar que a BB Mapfre, junto com a japonesa Sampo, também é a seguradora da Usiminas, que teve uma explosão no gasômetro na usina de Ipatinga há duas semanas.

» Curioso.

A Petrobrás não possui, contudo, seguro para lucros cessantes, que indeniza as companhias em caso de prejuízo pela interrupção de atividades. Considerada a maior refinaria da Petrobrás, a Replan fica a 118 km da capital paulista e tem capacidade para processar 415 mil barris diários de petróleo, respondendo por 20% de todo refino nacional. Procurada sobre a possibilidade de acionar ou não o seguro por conta da explosão em Paulínia, a Petrobrás não comentou. A Chubb também não se manifestou.

» Não funcionou.

O gasômetro da Usiminas, na unidade de Ipatinga (MG), que explodiu há cerca de 10 dias, foi reformado pela controlada da empresa, Usiminas Mecânica, entre os anos de 2010 e 2011. O valor do contrato foi de R\$ 6,9 milhões,

conforme consta no formulário de referência da empresa, de 2014. Procurada, a Usiminas não comentou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/08/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: TST libera venda de distribuidoras da Eletrobrás

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Brito Pereira, atendeu ao pedido da Advocacia Geral da União (AGU) e derrubou liminar concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, do Rio, que suspendia o processo de privatização das distribuidoras da Eletrobrás do Norte e Nordeste.

O governo conta com o leilão de três distribuidoras (Acre, Rondônia e Roraima) no próximo dia 30. A venda da subsidiária do Amazonas foi remarcada para 26 de setembro. Até agora, apenas a Cefisa, no Piauí, foi licitada. A liminar do TRT determinava realização de estudo do impacto da venda das empresas nos contratos de trabalho e nos direitos dos empregados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/08/2018

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Daniela Amorim / RIO

Título: Explosão paralisa maior refinaria da Petrobrás

Replan, em Paulínia, responde por 20% da produção da estatal; ANP acompanha investigação sobre causas do acidente, que não deixou feridos

Uma explosão na madrugada de ontem paralisou a maior refinaria do País, instalada em Paulínia. A Replan responde por 20% do refino da Petrobrás. O incidente atingiu unidades de processamento de petróleo para a produção de gasolina e outros derivados. Nenhum funcionário ficou ferido, mas a perspectiva é de interrupção da operação por dias, até que a estatal avalie as causas e os prejuízos e trace um plano de retomada da usina. O diretor de Refino e Gás Natural da estatal, Jorge Celestino, garantiu que a população não ficará desabastecida.

Mesmo que a refinaria permaneça parada por um longo período, sua produção poderá ser compensada pela de outras refinarias e pelos estoques que a

empresa mantém, segundo o executivo. Por meio de sua assessoria de imprensa, a petroleira afirmou que “o incêndio já foi controlado” e que não houve “impacto imediato no abastecimento”.

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, reiterou a posição da estatal. “A informação que a gente tem é que não vai ocorrer nenhum desabastecimento. A Petrobrás está trabalhando para identificar as causas do acidente. Felizmente não teve nenhum dano pessoal”, afirmou. Uma equipe da agência acompanha a Petrobrás na análise das causas da explosão.

Para a Federação Única dos Petroleiros (FUP), o acidente é consequência da redução do número de funcionários nos últimos anos, após os programas de demissão voluntária, e da queda do investimento na área de segurança. “Uma das linhas de investigação nossa para a explosão é a falta de efetivo, e outro problema é a falta de manutenção. Nessa passagem de gestão do Pedro Parente e agora do Ivan Monteiro (na presidência da Petrobrás), as manutenções estão sendo adiadas para economia de dinheiro. Isso torna as unidades vulneráveis a registrar vazamentos e quebra de equipamentos”, disse Simão Zanardi, coordenador-geral da FUP.

A Petrobrás, por meio da assessoria imprensa, negou que tenha reduzido o investimento desde que entrou em crise financeira. “Investimentos em segurança estão em praticamente todas as áreas da companhia, além da específica de SMS (segurança, meio ambiente e saúde), em que a Petrobrás investiu R\$ 5,2 bilhões em 2017 e R\$ 2,6 bilhões no primeiro semestre deste ano”, informou a empresa.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 21/08/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Distribuidoras irão a leilão

A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu derrubar, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), liminar que impedia o leilão de seis distribuidoras da Eletrobras — Companhia Energética do Piauí (Cepisa), Companhia Energética de Alagoas (Ceal), Eletrobras Distribuição Acre (Eletroacre), Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Boa Vista Energia e Amazonas Distribuidora. O presidente do TST, ministro João Batista Brito Pereira, suspendeu, ontem, a decisão da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro contra a privatização das empresas.

O ministro reconheceu que a suspensão do leilão representaria “grave lesão à ordem e à economia pública”, em especial se considerada a “notória repercussão negativa que a insegurança jurídica gerada pela decisão impugnada” causaria “ao processo de desestatização, seja em relação a eventuais interessados na aquisição das empresas, seja em relação ao valor a ser ofertado”.

Concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1) a pedido de sindicatos, a liminar determinava que a venda das distribuidoras fosse suspensa até que a Eletrobras apresentasse estudo sobre o impacto da privatização no quadro de pessoal. O temor dos sindicalistas é uma onda de demissões após a venda das empresas.

No pedido de suspensão da liminar, a AGU ponderou que as distribuidoras são deficitárias e precisaram receber, nos últimos 20 anos, um aporte de R\$ 30 bilhões da Eletrobras. Como a estatal não tem mais condições de injetar recursos nas empresas, alertou a Advocacia-Geral, elas teriam que ser liquidadas caso os leilões não fossem realizados. Portanto, a transferência do controle das companhias para a iniciativa privada é a única forma “não só de manter os contratos de trabalho, mas também de garantir a continuidade dos serviços de distribuição de energia” nas regiões atendidas por elas.

Proteção

Além disso, a AGU lembrou que a legislação brasileira já oferece proteção adequada aos contratos de trabalho vigentes. E que a manutenção da liminar, “ainda que por poucos dias, produzirá instabilidade com o potencial de afastar o interesse de possíveis interessados” na compra das distribuidoras, “em flagrante prejuízo ao interesse público”.

Para o presidente do Fórum das Empresas do Setor Elétrico (Fase), Mario Menel, não há mais como evitar a privatização da Eletrobras. “Ninguém é a favor ou contra a venda. O que se quer é uma boa gestão. A estatal tem se mostrado incompetente. E a situação está insustentável”, explicou. “Se fossem privadas, estariam em recuperação judicial, porque os custos são superiores às receitas”, destacou.

A alternativa à privatização é a liquidação das distribuidoras. “Isso é extramente preocupante, porque quem não administrou direito vai se eximir da responsabilidade ao jogá-la para cima do governo”, avaliou. Menel lembra que a Eletrobras tem ação em bolsa, obrigações com minoritários. “É inconcebível que empresas que nem conseguem se bancar paguem salários de três a quatro vezes maiores do que os de mercado.”

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 21/08/2018****Seção: Economia****Autor: Andressa Paulino****Título: ICMS de combustíveis em debate**

O Correio Braziliense realiza, em 29 de agosto, o evento Correio Debate ICMS no setor de combustíveis — A uniformização no combate à concorrência desleal. Na ocasião, especialistas discutirão a disparidade do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços cobrado pelos estados, além de debater sobre a tributação monofásica — tratamento tributário que atribui a um determinado contribuinte a responsabilidade pelo recolhimento do imposto devido de um produto ou serviço nas operações subsequentes.

O debate contará com a presença de autoridades na área, como o presidente e o diretor de Planejamento Estratégico da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural), Leonardo Gadotti e Helvio Rebeschini; da secretária executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi; e do presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), Edson Vismona.

Também participarão do evento especialistas como: o consultor tributário e sócio e presidente da Logos Consultoria Fiscal, Everardo Maciel; o advogado mestre em direito tributário e sócio da Dias de Souza Advogados, Hugo Funaro; o presidente do Cotepe/ICMS e secretário executivo do Confaz, Bruno Pessanha Negris.

No painel voltado para a monofasia do ICMS como instrumento de combate às fraudes tributárias no setor de combustíveis, Vismona destacará a importância de ressaltar a necessidade de um mercado que segue normas e regras. “O mercado está sendo ameaçado por práticas ilícitas, como fraudes nas bombas e qualidade duvidosa dos produtos. Portanto, é necessário fortalecer esses elos”, argumentou o presidente do Etco.

O Correio Debate ocorrerá no auditório do edifício-sede do jornal e está previsto para ter início às 9h30. As inscrições são gratuitas, podendo ser feitas pelo link

<https://www.correiobraziliense.com.br/correiodebate/monofasia/#inscricoes>. As vagas, porém, são limitadas e estão sujeitas à lotação do local.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 21/08/2018****Seção: Negócios****Autor: Amauri Segalla****Título: Novo nome para a rede Ale?**

A mineradora suíça Glencore, que em junho pagou R\$ 1,7 bilhão pela rede de postos de combustíveis Ale, começa a definir sua estratégia de negócios. Segundo um executivo que acompanhou a transação, a Glencore estuda mudar o nome da rede. Outra ideia é reduzir o número de postos para fortalecer a operação nos mercados mais rentáveis. A empresa tem 1,5 mil postos e 260 lojas de conveniência em 22 estados brasileiros.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/08/2018****Seção: Brasil****Autor: Edna Simão | De Brasília****Título: União cobre dívida de R\$ 417 mi de MG**

O Tesouro Nacional pagou, no mês passado, uma dívida atrasada de R\$ 417,27 milhões do Estado de Minas Gerais com o Banco do Brasil (BB). Esta foi a primeira vez no ano que o governo federal foi acionado para cobrir um empréstimo de Minas Gerais.

De acordo com informações do Tesouro, os cofres públicos foram ressarcidos no mesmo mês. Isso porque foram bloqueados recursos do Fundo de Participação do Estado (FPE) para cobrir a fatura. Em 2017, com a criação do Regime de Recuperação Fiscal, o Estado de Minas era visto como um dos que poderiam aderir ao Regime Fiscal de Estados e municípios devido à difícil situação das contas do Estado. Somente o Rio de Janeiro fez a adesão até momento.

O Estado de Minas Gerais tem atrasado o repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) às prefeituras, segundo a Associação Mineira de Municípios (AMM). Algumas prefeituras chegaram a procurar o Judiciário para garantir o recebimento de recursos.

Apesar disso, o Estado não furou, de acordo com seus relatórios fiscais, os tetos para despesa de pessoal ou para dívida. Segundo o relatório do primeiro quadrimestre, a despesa de pessoal do Poder Executivo atingiu 48,12% da Receita Corrente Líquida (RCL), ainda abaixo do teto de 49% definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas bem acima dos 46,55% definidos como limite prudencial. A relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a receita ficou em 1,83 ao fim de abril, também abaixo do limite de 2,0 estabelecido pela LRF.

Em julho, o Tesouro Nacional honrou R\$ 602,43 milhões em dívidas, com aval da União. Além de Minas, a União pagou R\$ 124,13 milhões em débitos do Rio de Janeiro, R\$ 55,49 milhões do Piauí e R\$ 5,53 milhões de Roraima. Em 2018, o governo já assumiu R\$ 2,496 bilhões, sendo R\$ 1,985 bilhão apenas do Rio de Janeiro. Segundo os dados que estão no relatório de garantias honradas pela União em operações de crédito, desde 2016, o Tesouro honrou R\$ 8,93 bilhões em garantias concedidas a operações de crédito.

Quando o Tesouro faz o pagamento de dívidas em atraso de Estados ou municípios, estes entes ficam impedidos, pelo prazo de 12 meses, de pegar novos empréstimos com garantia da União. De acordo com o relatório de julho do Tesouro, o governo de Minas Gerais está impossibilitado de contratar novas operações de crédito com garantia da União até o início de julho do ano que vem.

Como garantidora de operações de crédito, a União é comunicada pelos credores de que o Estado ou o município não realizou a quitação de determinada parcela do contrato. Diante dessa notificação, o Tesouro Nacional informa o mutuário da dívida para que se manifeste quanto aos atrasos nos pagamentos. Caso o ente não cumpra suas obrigações no prazo estipulado, a União paga os valores em atraso.

Segundo o Tesouro, após essa quitação, exceto nos casos em que houver bloqueio na execução das contragarantias, a União inicia o processo de recuperação de crédito na forma prevista contratualmente, ou seja, pela execução das contragarantias indicadas por Estados e municípios quando da assinatura do contrato. Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período entre o vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/08/2018****Seção: Brasil****Autor: Isadora Peron e Luísa Martins | De Brasília****Título: TST libera venda de ativos da Eletrobras**

O leilão de privatização de três distribuidoras da Eletrobras está confirmado, até o momento, para 30 de agosto. Ontem, a estatal obteve vitória na Justiça ao derrubar mais uma das liminares concedidas com o objetivo de impedir a venda das concessionárias.

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Brito Pereira, acatou pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e cassou ontem os efeitos da decisão do órgão especial Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, do Rio de Janeiro concedida na semana passada e que suspendia o certame. O TRT determinava a realização de um estudo sobre o impacto da privatização nos contratos de trabalho e nos direitos dos empregados. O processo envolvia sindicatos da Eletrobras nos estados de Alagoas, Piauí, Acre, Rondônia e Amazonas.

Com a decisão judicial, volta para a agenda o certame que vai licitar as distribuidoras Eletroacre, Ceron (Rondônia) e Boa Vista Energia (Roraima). Na sexta-feira, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou que a venda da Amazonas Energia vai ficar para o fim de setembro. O novo cronograma ainda será divulgado. A Ceal, distribuidora de energia de Alagoas, é a única a não ter data para ser vendida, pois ainda há uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) barrando a operação.

A liminar do TRT foi o resultado do esforço concentrado de vários sindicatos do setor que são contra a privatização das concessionárias. Um dos principais argumentos é que os novos donos privados farão cortes e demissões nas empresas. No pedido de suspensão de liminar, a AGU argumentou que a venda das concessionárias tem o objetivo de assegurar a continuidade operacional das companhias e a manutenção dos serviços, já que a Eletrobras não tem mais condições de injetar recursos nas empresas.

Ao analisar o processo o presidente do TST afirmou que os acionistas da empresa optaram pela venda das distribuidoras, em vez da liquidação da empresa, o que, em princípio, representava a manutenção dos contratos de trabalho. "É certo que a legislação trabalhista prestigia a manutenção dos empregos e dos direitos conquistados pelos empregados, além de conter normas que os protegem das alterações nessa relação. Mas essas garantias

asseguradas aos empregados devem ser invocadas no momento próprio e pelos meios adequados", argumentou.

Como a Eletrobras devolveu as concessões à União em julho de 2016 e está prestando, desde então, o serviço de distribuição de forma "designada", em nome do poder concedente, não privatizá-las pode resultar na liquidação de todas as empresas - e na demissão de todos os funcionários. **(Colaborou Camila Maia, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Brasil

Autor: Carla Araújo | De Brasília

Título: Planalto ressuscita linhão de energia entre AM e RR

Com o Estado de Roraima atravessando uma grave crise devido ao fluxo migratório de venezuelanos, o governo federal anunciou ontem que pretende tirar do papel a construção da linha de transmissão entre Manaus (AM) e Boa Vista (RR). O empreendimento foi licitado em 2011, mas a obra não avançou por falta de licenciamento relacionado à construção de rede em território dos índios waimiri-atroari.

Após reunião com o presidente Michel Temer, ministros e entidades como a Funai, a presidente do Ibama, Suely Araújo, disse ontem que o governo definiu dividir a área para a construção da linha e deixar de fora a reserva indígena. "É uma separação da área dos 123 quilômetros da linha de transmissão que passa pela terra indígena. O empreendedor faria o requerimento de licença de imediato pedindo o fracionamento do processo e arcando com a responsabilidade, e o Ibama daria prosseguimento na área externa da terra indígena, no trecho inicial e no trecho posterior", explicou.

Segundo Suely, com a retirada de 123 quilômetros que passam pelas terras indígenas, será possível iniciar cerca de 600 km de obras do chamado linhão.

A presidente do Ibama disse ainda que a Funai ficou de emitir um parecer nos próximos dias para ver se ainda há objeções e dependendo dos dados técnicos, se não houver necessidade de complementação, a expectativa do Ibama é que as obras da parte externa do linhão sejam iniciadas até 28 de setembro.

"A perspectiva do Ibama é conceder, se estiver ok, para a parte externa [a licença], até o fim de setembro. Para a parte interna, início do semestre que vem, fim de janeiro de 2019", estimou.

Segundo Suely, deixar separada a área indígena foi o plano A do governo. "O plano B, se isso não for consensuado, seria uma declaração de que o empreendimento é de segurança nacional, o que autorizaria a gente a tocar licenciamento com dados secundários, mas a ideia é consultar os indígenas", afirmou. "A opção do presidente da República é o plano A", disse.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), que tenta a reeleição no Estado, afirmou que a obra começará por Boa Vista e "a licença ambiental do Ibama sairá nos próximos dias".

"Esta obra já devia estar pronta. Deveria estar iniciada em 2012, mas teve muito problema de licenciamento ambiental, dificuldades com índios, agora conseguirmos construir uma solução", disse Jucá. "Temos pressa para que Roraima possa se interligar e resolver o gargalo de energia. Hoje uma parte vem da Venezuela", afirmou.

Boa Vista é a única capital brasileira isolada do Sistema Interligado Nacional (SIN) e não consegue ser abastecida pela energia gerada nas demais regiões do país. Segundo o **Ministério de Minas e Energia (MME)**, aproximadamente R\$ 340 milhões por ano são repassados para os consumidores do restante do país devido ao rateio do custo da energia mais cara fornecida a Roraima. Parte da energia vem da empresa venezuelana Corpoelec, responsável pelo grande número de blecautes, e o restante, de termelétricas despachadas no Estado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Internacional

Autor: Agências internacionais

Título: PDVSA concorda em pagar US\$ 2 bilhões, diz Conoco

A ConocoPhillips informou que a PDVSA concordou em pagar US\$ 2 bilhões que um tribunal internacional de arbitragem estabeleceu como compensação pela expropriação de ativos da empresa americana na Venezuela. A PDVSA concordou em pagar US\$ 500 milhões em até 90 dias e o restante em 4,5 anos. O acordo ocorre após a Conoco obter na Justiça o controle dos ativos da PDVSA no Caribe.

Mas analistas questionam a capacidade da PDVSA de realizar os pagamentos. Abalado por severa crise econômica, o país sul-americano deixou de pagar parte de sua dívida de US\$ 6 bilhões, e vê a produção de petróleo despencar - de 1,61 milhão de barris diários em janeiro para 1,26 milhão de barris diários em agosto, segundo a Agência Internacional de Energia.

"Isso dá tempo para a Venezuela", disse Russ Dallen, do banco de investimentos Caracas Capital Markets. "Mas, claro, eles podem deixar de pagar novamente."

Procurados pelo "The Wall Street Journal", tanto o Ministério da Comunicação e Informação quanto a PDVSA não se manifestaram.

Em abril, um tribunal de arbitragem internacional, com sede em Paris, concedeu à Conoco o direito de receber da Venezuela US\$ 2 bilhões. Um mês depois, ordens judiciais permitiram que a empresa apreendesse ativos da PDVSA nas ilhas caribenhas Curaçao, Bonaire, Santo Eustáquio e Aruba.

Com isso, a PDVSA teve de desviar petroleiros das instalações de refino e armazenamento no Caribe, fundamentais para carregamento de grandes navios com destino à Ásia, especialmente a China, que recebe petróleo bruto como pagamento da dívida.

Mas, com o acordo com a ConocoPhillips, a Venezuela poderia recuperar o acesso a essas instalações e compensar os atrasos nas entregas de petróleo dos últimos meses. "Esse acordo poderia diminuir a queda da produção de petróleo da Venezuela", disse a ClearView Energy Partners em nota.

Na semana passada, a empresa de mineração Gold Reserve, disse ter recebido US\$ 88,5 milhões em títulos do governo como pagamento parcial da dívida de US\$ 1 bilhão. Já a extinta mineradora Crystallex International, venceu disputa no início do mês, que a permite tomar a Citgo, unidade de refinação da PDVSA. A empresa tenta receber US\$ 1,4 bilhão pela estatização de reserva de ouro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Opinião

Autor: Gustavo Buiatti e Juliana de Freitas

Título: Geração distribuída, uma evolução natural

Nos últimos dias vimos um intenso debate entre investidores da geração distribuída (GD), pessoas físicas ou empresas interessadas em gerar sua própria energia para se blindar dos elevados e sucessivos reajustes tarifários, e representantes das distribuidoras de energia.

A GD é uma parte importante da transição energética que vem acontecendo em todo o mundo, junto com a digitalização e a descarbonização. Através da GD consumidores passam também a gerar sua própria energia, sendo chamados de "prosumidores".

Enquanto cria oportunidades, o aumento da participação da GD impõe novos desafios para as distribuidoras, para o operador do sistema e para o regulador. O modo como os agentes promoverão tal transição será determinante para os impactos dessa expansão.

Se por um lado a expansão da GD pode trazer benefícios, tais como a redução da perda de potência real e reativa, por outro pode aumentar a complexidade operativa e os próprios custos de distribuição.

Uma forma de incentivo à GD tem sido através do chamado "net metering", que consiste em um mecanismo de compensação onde o consumidor gera energia e injeta o excedente na rede, caso haja, para uso posterior.

Diversos países, e alguns Estados dos EUA, têm políticas de "net metering". Outra política é através de tarifas-prêmio, em países que a energia gerada pela GD pode ser vendida diretamente. Aqui a venda de energia é proibida para os consumidores. Com isso, o país optou por um regime de compensação, implantado através das REN 482/12 e REN 687/15. De acordo com a regra vigente, a tarifa de energia, composta pelas parcelas de energia, transmissão, distribuição, encargos e impostos é 100% compensada pelos consumidores.

Desde 2012, segundo a ANEEL, foram instalados 368 mil kW em 30.842 conexões, que geram créditos para 43.578 consumidores.

Como no resto do mundo, tal crescimento desperta questionamentos acerca do modelo de "net metering", principalmente por parte das distribuidoras que o enxergam como ameaça.

Preconizam a existência de um subsídio cruzado, uma vez que os consumidores com GD deixam de pagar os encargos setoriais, e uma parcela dos custos fixos das distribuidoras, que serão rateados por uma base menor de clientes, que por sua vez pagarão mais. Assim, o custo evitado pelos consumidores com GD recairia sobre os consumidores sem GD, o que tem sido denominada pelas distribuidoras como a "espiral da morte".

Há dois lados com interesses conflitantes. Do lado das distribuidoras interessa a preservação do seu mercado, ameaçado pela atratividade da GD. Do lado da indústria fotovoltaica interessa o aumento do número de instalações. O papel de elaborar políticas energéticas do MME, com apoio da EPE e da Aneel, é buscar o equilíbrio, visando um benefício maior para a sociedade como um todo, num conceito conhecido na economia como "ótimo de Pareto", onde não é possível melhorar a situação de um agente sem piorar a dos demais.

Quem instala iluminação a LED precisa pagar às distribuidoras pelo "pecado" de consumir menos energia?

No futuro, além do aumento das instalações de GD, o aumento da eficiência das baterias e a redução de seus preços levará mais consumidores com GD a instalar baterias. Estes também passarão a usar carros elétricos, carregados em suas casas. Com mais consumidores gerando e armazenando sua própria energia, a previsão da carga, responsabilidade das distribuidoras, torna-se cada vez mais complexa, uma vez que essa não conhece o perfil do consumo e da geração. Com isso a qualidade do suprimento aos consumidores pode ser degradada, gerando picos de tensão que podem reduzir a vida útil dos aparelhos eletrônicos ou até a queima dos mesmos.

Os benefícios da GD são, portanto, dependentes da sua expansão planejada. Tal papel caberá à distribuidora, que deverá sinalizar para os clientes onde a GD traz maiores benefícios ao sistema. Ou seja, há oportunidades para as distribuidoras também. Isso acontece com a correta precificação em termos horários e locacionais da GD. Assim, com planejamento integrado, os ativos de GD podem reduzir a necessidade de expansão da infraestrutura da rede e as contas de energia para todos os consumidores, inclusive aqueles sem GD.

Um estudo recente mostra que uma penetração de GD de 20% é segura para adoção da GD fotovoltaica. A penetração atual é irrisória e está longe disso.

A remuneração da distribuidora é justa e necessária, e precisa ser contemplada na alteração da regra do "net metering". Todavia, é preciso medir quanto e quando a rede está sendo usada.

Ativos de GD podem substituir a necessidade de grandes plantas e de armazenamento. A agregação e coordenação dos micro e minigeradores com baterias forma um conjunto que atua como uma planta virtual, despachável, equivalente a uma planta para atendimento da ponta, desejável para o sistema. Geração e consumo precisam ser monitorados.

Com a baixa penetração da GD, o momento favorece a imposição da instalação de medidores de geração e consumo em tempo real. Isso permitiria avaliar a simultaneidade e o uso real da rede. Com os medidores preparados e o valor mínimo de penetração atingido, a cobrança da TUSD deve ser proporcional ao uso efetivo da rede, em termos de posto horário e de distância entre pontos de injeção e consumo. Na geração junto à carga, simplifica a cobrança e tende a reduzir reclamações dos clientes.

Em uma experiência real, um dos autores instalou medidores de geração e consumo em tempo real em sua residência e constatou que nos últimos 10 meses consumiu na média 57% da energia gerada no seu telhado de forma direta e simultânea. Ou seja, apenas 43% da energia gerada circulou pela rede. Seria justo pagar pelos 57% de consumo evitado da rede? Quem instala

iluminação a LED precisa pagar às distribuidoras pelo "pecado" de consumir menos energia?

É possível otimizar os ativos de energia do consumidor, para que a GD resulte em economia para os consumidores, redução de investimentos na rede, melhoria na estabilidade do sistema e geração de energia na ponta quando necessário, melhorando a qualidade e a confiabilidade dos serviços das distribuidoras.

O regulador age bem ouvindo os agentes, promovendo transparência e preocupando-se em manter a estabilidade regulatória, tão importante para a atração dos investidores. Conta com um setor organizado e profissionais altamente qualificados. Já vivemos tempos em que mudanças bruscas tiveram consequências severas para o setor. Façamos com que a experiência não seja uma lanterna na popa, que ilumina o passado, mas que nos orienta para um futuro radiante.

Gustavo Malagoli Buiatti é presidente da ALSOL Energias Renováveis S/A, co-fundador e diretor técnico da ABGD (Associação Brasileira de Geração Distribuída).

Juliana de Moraes Marreco de Freitas, doutora em Planejamento Energético pela UFRJ, é sócia e consultora na Peoplenenergy Consulting

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Incêndio na Replan

Um incêndio na madrugada de ontem paralisou as atividades da Replan, em Paulínia (SP), a maior refinaria do país. A Petrobras, no entanto, descartou problemas de desabastecimento, já que conta com estoques de suas outras unidades. A paralisação da Replan acontece num momento em que as importações de derivados estão em baixa, impactadas pelo programa de subsídios nos preços do diesel. A Replan respondeu, no primeiro semestre, por 20% do volume de petróleo processado nas refinarias nacionais. Em nota à imprensa, a Petrobras afirmou que não houve feridos e não há "impacto imediato no abastecimento". O processamento médio da Replan é de 343 mil barris diários. "A Petrobras conta com estoque e produção das demais refinarias

para garantir a oferta de combustíveis aos seus clientes", acrescentou. Não há prazo ainda para a retomada normal das operações da Replan.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Mercado questiona pagamento de dividendos da CSN

Analistas de bancos que acompanham de perto a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) reagiram mal à decisão da empresa de distribuir um alto dividendo em meio a um processo de redução da sua alavancagem financeira. Na sexta, a empresa anunciou provento extraordinário de R\$ 890 milhões. Altamente endividada, a empresa foi questionada sobre o momento da decisão.

Os investidores, contudo, passaram por cima dessa desconfiança e a ação figurou entre as maiores altas do Ibovespa. Os papéis avançaram 4,77% na B3, para R\$ 9,44, segundo maior ganho do índice ontem. A reação se deu, em parte, por conta dos dividendos, que adicionam valor ao papel, mas em outra grande medida foi impulsionada pelo otimismo do mercado em relação ao setor como um todo.

O dividendo extraordinário da CSN equivale a R\$ 0,6415 por ação, com base no balanço fechado em 30 de junho. Nos primeiros seis meses do ano, ela acumulou lucro líquido de R\$ 2,63 bilhões. O montante de R\$ 890 milhões a ser pago aos acionistas, portanto, supera até agora o mínimo de 25% determinado pelo estatuto social.

Um analista comentou, em condição de anonimato, que o anúncio da distribuição foi "bastante estranho". Segundo ele, o momento não é o ideal para um pagamento tão grande de proventos e a impressão que fica é a de que os dividendos servirão mais para a holding controladora.

Os controladores da CSN possuem, por meio de uma série de diferentes veículos, quase 51% do capital social da siderúrgica. Juntos, receberão cerca de R\$ 480 milhões dos proventos. Os volumes irão para a Rio Purus Participações - holding do lado da família Steinbruch em que Benjamin está inserido - e a CFL Participações - dos primos Clarice e Léo.

A Rio Purus controla a Rio Iaco Participações, holding com R\$ 1,35 bilhão de juros e principal de debêntures a pagar só neste ano, com mais R\$ 993,9 milhões ao longo dos anos seguintes. Essa obrigação foi dividida em cinco

parcelas iguais de R\$ 331,3 milhões. Esse lado da família receberá R\$ 300 milhões dos dividendos.

Há ainda obrigações financeiras de R\$ 992 milhões a pagar no balanço da Vicunha Aços - 60% da Rio Purus e 40% da CFL.

Em relatório, o BTG Pactual lembrou que a grande preocupação da siderúrgica é cortar dívida. A CSN encerrou junho com endividamento líquido de R\$ 27,13 bilhões, 5,3 vezes o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) dos 12 meses até então - a chamada alavancagem. Para os analistas Leonardo Correa e Gerard Roure, responsáveis pelo texto, o avanço da companhia no saneamento das finanças tem sido "muito limitado".

A XP Investimentos demonstrou a mesma preocupação em nota enviada a clientes. "Com endividamento ainda elevado e foco da estratégia voltado para venda de ativos e queda na alavancagem, o pagamento de dividendo neste momento chama a atenção e deve ser lido negativamente."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Samarco dificilmente volta em 2019, diz executivo da BHP

A Samarco dificilmente voltará a funcionar no ano que vem. Segundo Bryan Quinn, diretor responsável pelos empreendimentos conjuntos da BHP na área mineral que ela não opera diretamente. Apesar disso, afirma o executivo, a empresa está no caminho de recuperar as comunidades devastadas pelo desastre ambiental de 2015 por meio da Fundação Renova e conquistar as licenças necessárias para retomar as atividades.

Quinn disse ao **Valor** que o primeiro passo para garantir a retomada operacional da mineradora, uma produtora de pelotas cujo controle divide com a Vale, é conversar sobre a reestruturação da dívida. A companhia já não paga as obrigações há anos e será necessário não só alongar os vencimentos, como convencer os credores de que o negócio se sustenta.

"Ainda não começamos a conversar sobre a reestruturação da dívida, algo que deve acontecer dentro dos próximos seis a nove meses", afirmou. A empresa tem cerca de US\$ 3,8 bilhões de endividamento. "Primeiro vamos alinhar o plano com nossos sócios e, havendo visibilidade e racional econômico, poderemos ter certeza de que a operação volta."

A Samarco está parada desde novembro de 2015, quando uma de suas barragens de rejeitos se rompeu, acabou com o distrito de Mariana (MG), matou 19 pessoas e afetou o ecossistema do rio Doce. O evento entrou para a história como o pior acidente ambiental no país. A partir daí, Vale e BHP constituíram a Fundação Renova para recuperar a região e conseguir retomar a atividade na "joint venture". Um termo de ajustamento de conduta (TAC) de governança foi assinado quase três anos depois, encerrando processo de quase R\$ 155 bilhões que pairava sobre a mineradora.

Para o executivo, a homologação desse acordo é importante porque cria um ambiente legal e institucional mais estável, o que é necessário para cuidar de todos os fatores envolvidos no caso Samarco. "Mesmo que haja mais 'stakeholders' agora do que no passado", acrescenta.

"Estamos totalmente concentrados em reparar a situação, compensar os impactos e sustentar a Renova", disse Quinn em vários momentos da entrevista. "Claro que todo o processo está levando muito mais tempo do que todos nós esperávamos, mas há um consenso entre todas as partes mais próximas de que haverá um resultado positivo."

Depois que ganhar o aval dos credores, o licenciamento ambiental para que a Samarco volte a funcionar também será um desafio, garante o executivo. Alguns equipamentos precisarão de atualização, como o sistema de filtração da mineradora, até a conquista, no fim, da licença operacional. Por isso, não há no horizonte um sinal claro de quando será possível voltar a funcionar. "Voltar já em 2019 será muito difícil."

Segundo Quinn, nunca esteve na mesa a possibilidade de a BHP vender a participação no empreendimento conjunto, como rumores na imprensa internacional deram a entender nos últimos anos. A Vale chegou a falar que preferiria operar sozinha o negócio, outra opção que o executivo garante não foi considerada.

"A Samarco é um ótimo ativo, com reservas de grande qualidade", lembra. "Além disso, foram muitos investimentos na companhia até que ela chegasse no nível que estava. É diferente de uma mina de baixo teor, por exemplo."

O executivo contou que o rompimento da barragem em Minas Gerais e as consequências do desastre arranharam a imagem da BHP no mundo. É algo que sempre se lembra, disse, que foi duro para a reputação do grupo anglo-australiano, o terceiro maior em produção de minério de ferro no mundo. Por isso há uma preocupação em garantir o máximo possível para a comunidade.

Pessoalmente, Quinn, australiano que ficou quase um ano e meio praticamente morando no Brasil para tocar diretamente a recuperação da Samarco, acredita que a experiência também foi marcante. "Conhecer essas pessoas, saber das necessidades delas e da vontade de voltar à região, voltar ao trabalho... É incrível o tamanho que a Samarco tem para essas pessoas. Nunca vou esquecer", afirma.

Outro desafio, declara o executivo, é conseguir traduzir para o conselho de administração da BHP o tamanho do desafio por aqui e a demora para que a operação possa ser retomada. Ele admite que a intenção geral é de que o processo andasse mais rápido, mas elogia a atuação das autoridades na questão.

"Ao longo do caminho fomos descobrindo o arcabouço de licenciamento no país, apareciam novas exigências e entendemos que o processo seria bem mais complexo do que o imaginado inicialmente", comenta. "Mas todos sempre foram muito interessados em resolver a questão para a comunidade, em ser pró-ativos nesse sentido."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Especialista defende isonomia para mercado de aço

Os esforços da China em reduzir sua capacidade produtiva de aço, apesar de muito bem-vindos, não serão suficientes para equilibrar o mercado internacional e resolver o ambiente de excesso no mundo. A opinião é de Shunko Rojas, subsecretário de Comércio Internacional da Argentina e presidente do Fórum Global de Excesso de Capacidade do aço, do G-20, que vem ao Brasil hoje para participar do Congresso Aço Brasil 2018.

Em entrevista exclusiva ao **Valor**, o especialista diz que enquanto não se puser em prática medidas que garantam isonomia na concorrência entre os países, o problema persistirá. É o que a siderurgia da América Latina reclama, principalmente de produtos chineses: a competição desleal.

"Se a crise for apenas uma consequência do ajuste mundial do setor frente à crise de 2008, à medida que os preços continuem se recuperando e a demanda, aumentando, podemos ver alívio ou até fim da crise no futuro", diz Rojas, advogado de formação. "Ano após ano, a China se esforça para reduzir a capacidade produtiva."

A meta da China é chegar a 2020 com 150 milhões de toneladas de capacidade a menos do que em 2016. Desde que a intenção foi anunciada, contudo, seu parque já foi reduzido em quase 170 milhões de toneladas. O país adotou ainda a prática de desligar temporariamente usinas durante o inverno, por questões ambientais.

Alguns cálculos, contudo, colocam os chineses com excesso próximo a 500 milhões de toneladas. E mesmo que na teoria haja o corte, na prática a produção local só cresce, tendo batido alguns recordes mensais neste ano, por exemplo. Por isso os países latino-americanos têm pedido para resolver as discrepâncias na concorrência.

O Fórum de Excesso de Capacidade, parceria entre o G-20 - grupo das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia - e a OCDE - uma plataforma econômica para 37 países com economia de mercado -, busca encontrar de maneira multilateral respostas para esse desafio estrutural do mercado siderúrgico global.

Mas Rojas admite que as perspectivas não são tão sombrias para o setor. A Worldsteel Association, por exemplo, estima que o consumo de aço no mundo crescerá 1,8% neste ano e 1,1% no próximo, sendo 4,9% e 4,5%, respectivamente, apenas em países emergentes.

"À medida que a demanda global fica mais robusta e os preços se valorizam, as oportunidades para as empresas do setor aumentam [em todo o mundo]", diz. "Já para a China, as projeções são de queda, resultante dos esforços de redução de capacidade e mudança de uma economia baseada em investimentos e exportações para outra concentrada no consumo interno."

Daqui para frente, crê o presidente do Fórum, será essencial a siderurgia entrar na "economia verde". Para ele, o futuro do setor reside no investimento em capacidade, tecnologia e práticas que incorporem valor agregado aos produtos para enfrentar os desafios tanto da economia criativa quanto das mudanças climáticas. A velocidade de implantação dos carros elétricos também será essencial, opina, para impulsionar o mercado. No curto prazo, o cenário está turbulento por conta do protecionismo americano, admite.

O também subsecretário argentino ainda opina que o Mercosul, cujo tratado fundador fez 27 anos em 2018, precisa "urgentemente" de uma revisão institucional e comercial. O maior objetivo próximo, diz, é dar um "impulso final" para consolidar a integração regional, resolvendo travas de investimentos, regulação, entre outros. Em segundo lugar, afirma, é importante explorar parcerias com novos mercados emergentes, como Oriente Médio, Norte da África e Sul e Sudeste Asiáticos.

"A globalização, em suas dimensões políticas, econômicas, tecnológicas, sociais e culturais, é um fenômeno que não desaparecerá", crava Rojas, mesmo com a onda de protecionismo recente. "Mas agora estamos vivendo uma globalização que tenta complementar o sistema com respostas nacionais, locais."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Consumo aparente fica 12% maior em julho

O país consumiu 1,84 milhão de toneladas de produtos siderúrgicos durante julho, informou ontem o Instituto Aço Brasil. A alta, em relação ao mesmo mês do ano passado, foi de 12%. Esse é o maior patamar de demanda para um mês desde abril de 2015, e mostra a continuidade da recuperação de mercado dos últimos meses.

O ritmo da retomada para o segmento de planos - destinados à produção de carros e da linha branca, por exemplo - ainda é bem maior. O consumo nesse caso se expandiu em 13,3%, para 1,13 milhão de toneladas. A procura por aços longos - construção, primordialmente - subiu 9,9%, para 710 mil toneladas.

Com isso, nos sete primeiros meses do ano, o consumo aparente aumentou em 9,7%, para 11,9 milhões de toneladas, sendo 7,27 milhões de toneladas de planos (incremento de 11,1%) e 4,63 milhões de toneladas de longos (avanço de 7,7%).

Segundo a entidade, as siderúrgicas venderam no mercado interno 1,63 milhão de toneladas no mês passado, alta de 13,1% em comparação anual. O Aço Brasil informa que foram entregues 977 mil toneladas de aços planos, alta de 17,4%, e 623 mil toneladas de longos, incremento de 8,2%.

Ao mesmo tempo, as importações, que fazem parte do consumo aparente ao lado das vendas internas, cresceram 5,9% em julho, para 216 mil toneladas. Na área de planos houve queda de 5,8%, para 129 mil toneladas, mas para longos foi observado aumento de 26,3%, para 48 mil toneladas. Desde março de 2017 não se comprava tanto aço longo do exterior.

Já as vendas externas totalizaram 1,22 milhão de toneladas no mês passado, considerando o volume faturado pelas usinas, alta de 5,8%. A maior parte, novamente, foi de semiacabados: 807 mil toneladas, com avanço de 7,9%.

Em julho foram produzidas 3,02 milhões de toneladas de aço bruto, 6,7% a mais do que em igual período de 2017. Os laminados planos cresceram 0,7%, para 1,14 milhão de toneladas, e os longos avançaram 5,8%, para 760 mil toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras quer reduzir conteúdo local

A Petrobras pediu à Agência Nacional de Petróleo (ANP) a redução dos percentuais de conteúdo local de praticamente todos os blocos exploratórios atualmente sob sua concessão. Levantamento do **Valor**, com base em dados públicos do órgão regulador, mostra que apenas seis concessões ficaram de fora da lista de pedidos de adesão da estatal às novas regras que permitem a flexibilização da política de nacionalização de bens e serviços do setor de óleo e gás. Ou seja, cerca de 5% de todos os contratos aptos.

A petroleira possuía, ao todo, 118 concessões elegíveis às novas regras - aqueles blocos arrematados até a 13ª Rodada, em 2015. Do total, a Petrobras opera 91 deles. Nas 27 demais áreas, a companhia é sócia minoritária nos projetos, mas seus sócios solicitaram a adesão aos novos percentuais.

A possibilidade de redução dos percentuais de conteúdo local de contratos vigentes está prevista numa resolução publicada pela ANP em abril, que regulamentou o "waiver" (pedido de isenção do cumprimento dos índices de nacionalização). De acordo com as novas regras, as petroleiras terão duas opções: manter as condições dos atuais contratos, com a garantia de recorrer ao pedido de isenção para obtenção de eventual perdão; ou poderão celebrar um aditivo contratual, sujeitando-se aos novos percentuais de conteúdo local, mais baixos do que aqueles fixados nos contratos originais, desde que abram mão do direito de solicitar a isenção.

Se os pedidos de aditamento de contrato forem acatados pela ANP, os contratos passam a vigorar com percentuais de conteúdo local de 18% para a fase de exploração e, para a fase de desenvolvimento, índices de 25% para construção de poço, 40% para coleta e escoamento e 40% em engenharia, máquinas e equipamentos e na construção, integração e montagem de plataformas.

Das seis concessões da Petrobras que ficaram de fora da lista de pedidos para redução dos percentuais, cinco são contratos anteriores à 5ª Rodada, mas

segundo a ANP, na prática, somente contratos da 5ª a 13ª Rodadas possuem compromissos de conteúdo local que tornariam mais atrativa a adesão para os novos percentuais. A exceção foi o bloco REC-T-254 (Bacia do Recôncavo), arrematado na 12ª Rodada, em 2013, mas que por ser um ativo terrestre não possui índices de nacionalização desafiadores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Finanças

Autor: Victor Aguiar | De São Paulo

Título: Ações de saneamento e energia podem ganhar apelo com eleição

A ansiedade do mercado em relação ao processo eleitoral, tanto no âmbito federal quanto estadual, deve influenciar o comportamento das ações de empresas que atuam em setores regulados, como o de saneamento.

Segundo Jorge Penteado Cunha Lima, sócio da Eu Investimentos, as privatizações previstas no segmento elétrico dão às ações dessas companhias potencial relevante de valorização caso um candidato pró-mercado vença as eleições. "As elétricas fizeram a lição de casa e estão preparadas para uma mudança estrutural maior".

Obede Rodrigues, gestor de renda variável da Fator Administração de Recursos (FAR), amplia esse escopo para incluir também as empresas que atuam no ramo de concessões de infraestrutura - como rodovias, ferrovias, portos e aeroportos -, uma vez que a atuação de empresas nesse segmento também depende da modelagem governamental. "Empresas controladas pelos Estados, como Cemig, Sabesp, Copel e Sanepar, também vão oscilar [com o perfil dos candidatos a governador]."

As pesquisas de intenção de voto para governador, embora menos frequentes, também já podem servir como baliza para os investidores interessados nos papéis de empresas estaduais. No início da noite de ontem, pesquisa do Ibope mostrou empate técnico na disputa pelo governo de São Paulo. O ex-prefeito João Doria (PSDB) apareceu com 20% das intenções de voto, e o presidente licenciado da Fiesp, Paulo Skaf (MDB), com 18%. Foi a primeira pesquisa realizada pelo Ibope sobre a disputa pelo governo de São Paulo depois que as candidaturas foram oficializadas.

No entanto, o tema de concessões e privatizações não gera opiniões unânimes entre os especialistas. Para um profissional do mercado que prefere não ser identificado, uma eventual vitória de Geraldo Alckmin (PSDB) - um dos

candidatos mais alinhados ao mercado financeiro - pode trazer alguma instabilidade às empresas ligadas a essas teses de investimento, dado o histórico dele no comando de São Paulo.

"O arcabouço regulatório em São Paulo não é bom", diz ele, citando embates judiciais envolvendo revisões tarifárias para as concessionárias de rodovias e a não realização do leilão da Cesp como fatores que geram certa reticência dos investidores em relação ao ex-governador.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

Título: Lenta retomada

O setor siderúrgico ensaia um novo ciclo de crescimento a partir da gradual retomada de encomendas da construção civil, montadoras e fabricantes de máquinas e equipamentos e do otimismo de que a economia brasileira decole sob um novo governo, em 2019. Após anos de paralisia, planos de expansão e religamento de alto fornos começam a ser discutidos.

Mas, diante dos elevados custos de produção internos, da guerra comercial deflagrada pelo governo americano e do excesso de 545 milhões de toneladas de aço no mundo, persistem incertezas sobre a duração e o vigor da recuperação do segmento, cujo ciclo será diferente do visto na década passada. Pressionadas pela crise do setor e da economia nacional, as siderúrgicas brasileiras deverão ser menos integradas e internacionalizadas, com redução dos investimentos em usinas fora do Brasil, onde deverão travar disputa ainda mais acirrada por participação de mercado.

Entre os novos investimentos está o anunciado no início do mês pela ArcelorMittal. Serão US\$ 330 milhões para a implantação de uma nova linha de recozimento contínuo e a terceira linha de galvanização para produção de produtos laminados a frio e galvanizados em sua unidade de São Francisco do Sul (SC). O investimento aumentará a capacidade da fábrica em 700 mil toneladas por ano - o início da produção adicional está previsto para 2021.

A Usiminas, que em 2016 tinha uma geração de caixa por trimestre de cerca de R\$ 300 milhões, quase dobrou esse valor neste ano. Foram R\$ 580 milhões nos dois primeiros trimestres de 2018. A empresa, que desligou no início de 2016 as áreas primárias de sua unidade em Cubatão (SP), está estudando o religamento e a possibilidade de construção de uma quarta linha de galvanização, já que as

outras três operam a plena carga. Mas tudo está sendo feito sob cautela. "Estão sendo estudados, mas ainda não temos decisão dentro da companhia, nem de timing nem de montante, e isso poderá levar anos de maturação", diz Alberto Akikazu Ono, diretor-vice-presidente de finanças e de relações com investidores da companhia.

A Gerdau, que anunciou recentemente venda de ativos no Chile e de hidrelétricas no Brasil, também sente a retomada no país e o aumento das margens em sua operação nos Estados Unidos, por conta das políticas protecionistas do governo americano. "Os preços no Brasil estão com um leve sinal negativo ou em equilíbrio com os internacionais e ele só deve se tornar positivo com uma retomada mais intensa do Brasil", afirma o presidente, Gustavo Werneck. No Brasil, a empresa irá reforçar sua linha de aços especiais voltados ao segmento de energia eólica e está abrindo escritório no Vale do Silício, onde ficará mais perto de um dos maiores ecossistemas de inovação do mundo. "Queremos buscar melhores margens."

A CSN, que vendeu no início do ano a siderúrgica que tinha nos Estados Unidos, por cerca de US\$ 400 milhões, e poderá vender suas usinas em Portugal e na Alemanha para reduzir o endividamento, prevê um segundo semestre positivo. "Vemos de forma bastante otimista o terceiro trimestre, seja em minério, seja em aço. Acreditamos em uma reação de preços, estamos nos propondo a um novo aumento no mês que vem", disse o presidente, Benjamin Steinbruch, em teleconferência com analistas em agosto.

Sobre a recuperação futura pesam três incertezas: o custo Brasil; a ociosidade das usinas brasileiras, que operam hoje a 68% de sua capacidade; e o temor de que a retomada da economia possa ser abastecida por uma parcela crescente de importações, que hoje é de 12% do consumo nacional, o dobro da média histórica.

"A prioridade das usinas é fazer crescer a utilização da capacidade e impedir que a importação cresça, difícil vislumbrar novos grandes investimentos", afirma o presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes. "A siderurgia brasileira está operando abaixo do nível de capacidade instalada adequado desde 2009. Portanto, com exceção de um único projeto, todos os demais que entraram em operação e acarretaram ampliação de capacidade instalada nesta década no país foram concluídos por terem sido concebidos antes da crise. Assim é pouco provável que se vislumbre um novo ciclo de grandes investimentos no país", diz Germano Mendes de Paula, professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

O excesso de capacidade é resultado da desaceleração mundial do setor e da expansão da China, que ampliou em seis vezes sua produção entre 2000 e 2017, para pouco mais de 830 milhões de toneladas, quase um terço da capacidade nominal mundial da indústria siderúrgica. Entre 2000 e 2008, a taxa anual média de crescimento das usinas foi de 6,3%. No período 2009 a 2019, caiu para 2,6%. Para 2018, espera-se um aumento de 1,8% e de apenas 0,7% em 2019.

Entre as 50 maiores empresas da siderurgia mundial, de acordo com o ranking da World Steel Association, 18 são empresas estatais, das quais 16 chinesas. "Do descasamento de um crescimento vertiginoso da capacidade instalada com uma demanda fraca, gerou-se um excesso estrutural de capacidade. O problema é que, num setor que tem elevadas barreiras à saída, inclusive por pressões governamentais, é muito difícil fechar uma usina definitivamente", afirma Mendes de Paula.

Apesar das incertezas, a siderurgia nacional vive, desde o ano passado, um ciclo positivo, depois de três anos no vermelho. O câmbio inibe as importações e a demanda voltou. Hoje os três principais clientes da indústria são: construção civil, com 38,1% do consumo de aço, máquinas e equipamentos, com 21,4%, e automotivo, com 19,6%. "O setor automotivo voltou com vigor e estamos trabalhando para que as encomendas do setor de óleo e gás demandem aço nacional; a mudança da regra de conteúdo local é ruim", observa o presidente do Instituto Aço Brasil.

O cenário do aço exemplifica o quadro vivido pela indústria de transformação no país: em 1985, os industriais respondiam por quase um quarto do PIB e as exportações de manufaturados respondiam por 1,5% das mundiais, mesmo patamar da China, que consumia então 34 kg de aço per capita, um terço da média brasileira. Três décadas depois, o Brasil mantém seu consumo de aço em cerca de 100 kg por habitante e 1,5% de exportações de bens industriais no mundo, enquanto a indústria nacional de transformação representa 10% do PIB. Já os chineses se tornaram a segunda maior economia do planeta e consomem hoje cerca de 520 quilos de aço por habitante, 15 vezes mais do que na década de 1980.

No primeiro semestre, a indústria de aço confirmou sua gradual trajetória de recuperação, segundo o Instituto Aço Brasil. As vendas internas subiram cerca de 10%, com 8,8 milhões de toneladas de aço comercializadas. O consumo aparente atingiu 10,1 milhões de toneladas, alta de 9,3%. A produção cresceu 2,9%. A greve dos caminhoneiros trouxe prejuízos de R\$ 1,1 bilhão, alta de R\$ 1,8 bilhão em custos com a adoção da tabela frete e redução do otimismo para esse segundo semestre. O Instituto Aço Brasil prevê aumento das vendas internas de aço em 5% em 2018, enquanto a produção deve aumentar 4,3% em relação ao ano passado e o consumo aparente de aço deve subir 4,9%. As

estimativas são mais baixas do que as anunciadas em janeiro, quando se projetava alta de 8,6% na produção e de 6,6% na venda de aço no país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Roberto Rockmann | De São Paulo

Título: Produtos acabados sofrem mais com cotas dos EUA

O Brasil se prepara para negociar as mudanças na política de proteção comercial da indústria americana, anunciadas em março, pelo presidente dos Estados Unidos Donald Trump. A especulação nas últimas semanas de que os americanos articulam um outro acordo com a União Europeia abre espaço para que o governo brasileiro possa renegociar a questão.

A decisão dos EUA, que ampliou ainda mais as disputas comerciais do setor, estabeleceu uma tarifa de 25% para o aço importado de grande parte do mundo e criou um sistema de cotas de exportação para o aço de alguns países, entre os quais o Brasil.

Um terço da produção brasileira exportada de aço tem como destino os Estados Unidos e cerca de 80% são aços semiacabados, reprocessados por siderúrgicas americanas. Nesse caso, foi aplicada uma cota que considera a média de embarques entre 2015 e 2017, o que representa queda de 7% sobre as exportações de 2017.

O problema maior está nos outros 20% das exportações, que são de produtos acabados. A essa parcela foi aplicada a cota relativa à média de exportações naquele período, o que representa uma queda de 30% sobre o ano passado. "Dependendo do produto, pode-se chegar até a 50% de redução. Se olharmos o todo, a penalização sobre o aço brasileiro é de 12%", calcula o presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes. "As exportações eram uma forma de elevar o uso da capacidade instalada no Brasil."

Hoje as vendas externas brasileiras estão limitadas pelas cotas estabelecidas. Se ultrapassarem o volume estipulado, não se pode embarcar mais nada, mesmo se as siderúrgicas pagassem a tarifa de 25%. É esse ponto que a indústria nacional quer modificar. No ano passado, as exportações totais brasileiras somaram US\$ 8 bilhões.

Em 2018, o Instituto Aço Brasil prevê que os embarques de todo o setor fiquem em US\$ 9,5 bilhões, alta de 18% sobre o ano anterior, bem menos que os 27%

de alta estimados no início do ano. A CSN centra sua atuação nos Estados Unidos com uma estratégia de player global. "Temos a nossa cota, que de zincados é de 250 mil toneladas, e estamos atuando como comercializador e player local", afirma Luiz Fernando Martinez, diretor da siderúrgica. A decisão dos Estados Unidos tem pressionado os preços na maior economia do mundo, o que trouxe críticas de grandes consumidores. A Gerdau tem obtido margens maiores em sua operação nos Estados Unidos por conta dos preços em alta.

Para Germano Mendes de Paula, professor titular do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, os impactos indiretos da decisão americana desencadearam um efeito dominó. "Novos países tendem a adotar medidas de proteção ao seu mercado, como forma de evitar o desvio de comércio", analisa. A decisão de Trump, estimulada pelo fato de o Fórum Global não ter encontrado solução para o excesso mundial de aço (com 20 países, o fórum estuda o assunto há dois anos) somou-se ao plano de corte de redução de emissões de poluentes globais do governo chinês. Muitas pequenas siderúrgicas, mais poluentes, fecharam as portas.

Para Mello Lopes, esse cenário traz preocupações de curto e médio prazo para as usinas brasileiras. O fechamento do mercado americano e o excedente de aço poderão aumentar a parcela de importados, que teriam chance de ganhar espaço com a retomada da economia. No setor de petróleo, além da extinção da obrigação de a Petrobras ser operadora única de todos os blocos de exploração do pré-sal no regime de partilha de produção, o governo divulgou a retomada de leilões na camada pré-sal com a publicação de um calendário plurianual de oferta de áreas exploratórias, com a previsão de dez leilões até 2019, e redução nos níveis de bens e serviços de conteúdo nacional.

Com o novo marco regulatório, as áreas de petróleo, gás natural e biocombustíveis poderão atrair investimentos de R\$ 800 bilhões até o fim da próxima década com projetos anunciados ou contratados pelo governo desde 2016, estima o **Ministério de Minas e Energia**. Mas houve queda do conteúdo local nas encomendas. "Trabalhamos para mostrar a importância que esse tema tem para a indústria nacional e estamos preocupados que o aumento potencial da demanda fique nas importações em um momento em que o cenário internacional está conturbado demais", diz Mello Lopes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

Título: Excedentes pressionam mercado mundial

O excesso de aço no mundo está em cerca de 545 milhões de toneladas. Pouco mais da metade desse volume está concentrado na China, cuja produção supera a demanda em 280 milhões de toneladas, segundo dados da World Steel Association. O problema, que no Brasil poderá significar aumento do consumo via importações, se iniciou no fim da década passada e está ligado à industrialização da China. Não é diferente do visto em outros setores: em alumínio, a produção chinesa cresceu 12 vezes entre 2000 e 2017: o país produz 36 milhões de toneladas do metal.

Em 2000, um ano antes de o país asiático ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC), a China produzia pouco mais de 125 milhões de toneladas de aço, menos que a Europa e quase o mesmo patamar dos EUA. Uma década e meia depois, os chineses produzem mais de 830 milhões de toneladas, sendo o maior produtor e exportador mundial, com cerca de 50% do total.

O problema é de difícil solução: em uma estimativa conservadora, as estatais chinesas foram responsáveis por 43,4% da produção siderúrgica chinesa em 2017. Considerando que a China respondeu por 49,2% do aço produzido no mundo no mesmo ano, o governo chinês tem uma influência direta em ao menos 21,4% da indústria mundial, aponta Germano Mendes de Paula, professor titular do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

Esse crescimento se deu diante de uma queda do ritmo da demanda mundial, criando o excesso de oferta. Entre 2000 e 2008, a taxa anual média de crescimento das siderúrgicas mundiais foi de 6,3%. No período 2009 a 2019, caiu para 2,6%. Para 2018, espera-se um aumento de 1,8% e de apenas 0,7% em 2019. Em 2017, a produção da indústria chegou a 1,6 bilhão de toneladas, dobro do apurado em 2000. A queda de demanda de países emergentes, como China, Brasil e Rússia (que também estão entre os dez principais produtores do planeta) se deu diante de um acréscimo de produção de projetos desenhados na década passada, orientada pelo crescimento chinês, que naquele momento superava 10% ao ano.

Para apoiar sua expansão e não depender de aço externo, os chineses ampliaram sua produção. Hoje, entre as 50 maiores empresas, de acordo com o ranking da World Steel Association, 18 são estatais, das quais 16 chinesas. "Com a crise de 2009 e 2010, a demanda nunca recuperou as taxas anuais de crescimento e vários projetos que já estavam sendo construídos ou que já haviam sido concebidos entraram em operação posteriormente. Do descasamento de um crescimento vertiginoso da capacidade instalada com uma demanda fraca, gerou-se um excesso estrutural de capacidade", destaca Mendes de Paula, um dos maiores especialistas do Brasil na área.

Estudo recente da McKinsey aponta que o excesso de produção deverá continuar sendo um problema de médio e longo prazos, com a capacidade nominal devendo se estabilizar em 2,2 bilhões de toneladas métricas em 2020. O uso da capacidade deve continuar abaixo de 76%, uma queda significativa em relação aos 83% apurados há dez anos. "A demanda deve se recuperar lentamente, crescendo 0,8% anuais entre 2016 e 2025, o que pode marcar um período volátil para a indústria", aponta o estudo.

Em 2014, a demanda por aço acabado registrou queda de 8%, para 676 milhões de toneladas, abaixo do volume recorde de 738 milhões de toneladas atingido em 2015. A McKinsey aponta que houve uma leve recuperação em 2016, com alta de 3%, mas estima que o consumo não voltará mais aos níveis vistos na década passada. "O consumo per capita chinês já está bem acima do verificado em países desenvolvidos e a industrialização e a urbanização chinesa não se acelerarão indefinidamente. A transição para uma economia baseada em serviços deve reduzir o consumo", destaca o estudo. O consumo per capita na China está em 522 kg por ano, na União Europeia está em 320 kg, nos Estados Unidos, em cerca de 300 kg anuais. No Brasil, em 100 kg.

Além da China, o excesso de capacidade está localizado principalmente na Europa, Oriente Médio e Norte da África. Com a demanda abaixo do esperado nessas regiões, a saída foi exportar, o que desde 2011 tem resultado em diversas disputas comerciais no cenário global. "Reclamações comerciais, como antidumping, muitas envolvendo a China, cresceram cinco vezes entre as economias que prestam queixas", aponta o estudo da McKinsey. Em um esforço para proteger seus mercados contra o que consideram práticas desleais de preço ou de acesso a mercado, muitas regiões, com destaque para UE e EUA, têm se queixado em organismos multilaterais - 33 queixas foram prestadas pelos EUA, sendo 14 contra a China.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Domingos Zaparolli | Para o Valor, de São Paulo

Título: Exportações podem se recuperar

As exportações de aço recuaram 5,7% no primeiro semestre, mas a projeção do Instituto Aço Brasil é de uma recuperação na segunda metade do ano, fazendo com que as vendas internacionais fechem apenas 0,6% abaixo do total registrado em 2017, quando foram embarcadas 15,35 milhões de toneladas, que geraram uma receita de US\$ 8 bilhões.

"Enfrentamos no primeiro semestre um cenário muito turbulento no mercado internacional, a expectativa é de normalização", diz Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do instituto.

Em 2017 o volume exportado cresceu 14,3% em consequência da entrada em produção da Companhia Siderúrgica do Pecém, no Ceará. A expectativa do IABr era de uma nova expansão das exportações em 2018, desta vez em 10,7%.

A projeção se inviabilizou diante da onda de ações protecionistas iniciada pelos Estados Unidos, que impuseram tarifas de 25% sobre o aço importado e foram seguidos pelos países da União Europeia, Marrocos, África do Sul, Turquia, Malásia, Costa Rica e Filipinas, todos eles adotaram salvaguardas, aumentando impostos sobre volumes importados acima de cotas estabelecidas com base nas compras realizadas em 2017. "Esses movimentos levaram a uma paralisação nos negócios até entender a situação", diz Lopes.

O maior impacto para o Brasil foram as restrições americanas. O país é destino de um terço das vendas brasileiras no exterior, 5 milhões de toneladas em 2017. Deste total, 80% são aço semiacabado, que não é vendido ao consumidor final, é insumo para reprocessamento nas usinas locais.

Negociações entre autoridades brasileiras e americanas livraram a exportação brasileira da sobretaxa. Em troca, os produtores brasileiros aceitaram cotas que reduzem em 7,4% as exportações de semiacabados em relação a 2017 e entre 20% e 60%, dependendo do item, nos produtos acabados.

Passado o impacto inicial das incertezas geradas pelas medidas protecionistas de vários países, as exportações brasileiras devem se recuperar, avalia Mello Lopes. "Entre os exportadores brasileiros são muito fortes as práticas de vendas intercompany (entre unidades de um mesmo grupo empresarial), o que torna mais fácil a administração das restrições de acesso aos mercados", diz.

O que mais preocupa os exportadores é a perda de competitividade gerada pela decisão em maio do governo brasileiro de reduzir a alíquota do Reintegra 2% para 0,1%. O Reintegra é um benefício fiscal instituído para repor aos exportadores os tributos acumulados na cadeia produtiva das mercadorias que se destinam ao exterior.

O cálculo do Instituto Aço Brasil é que no setor siderúrgico os resíduos fiscais acumulados nas exportações somam 7,1%. "Temos uma ociosidade de 32% na nossa capacidade produtiva que poderia estar sendo ocupada se tivéssemos melhores condições competitivas nas exportações", diz Lopes.

Em 2017 as importações brasileiras de aço cresceram 23,9%, totalizando 2,3 milhões de toneladas a um custo de US\$ 2,2 bilhões. No primeiro semestre de

2018, as compras internacionais apresentaram nova alta, de 5,6%, com a entrada de 1,3 milhão de toneladas.

Mello Lopes diz que o Brasil está vulnerável a um aumento significativo da concorrência de produtos importados no mercado local em decorrência da guerra comercial no exterior. "Quem perder vendas nos Estados Unidos vai buscar novos mercados e o Brasil é um dos poucos países que não adota salvaguardas de acesso ao seu mercado", diz.

Uma invasão de produtos chineses é a maior preocupação. Entre 2000 e 2017, as exportações chinesas para o Brasil saltaram de 12 mil toneladas para 961 mil toneladas.

Segundo Lopes, o Ministério da Indústria e Comércio Exterior (Mdic) já comprovou em relatórios aprovados que a China subsidia suas exportações e pratica dumping. Mesmo assim o governo brasileiro não adotou nenhuma medida restritiva.

Carlos Loureiro, presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Produtos Siderúrgicos (Sindisider), avalia, porém, que a desvalorização do real neste ano tem reduzido a competitividade de produtos importados.

Segundo Loureiro, as importações de aços planos, que respondem por 55% do total comprado no exterior, não é competitiva na região Sudeste, onde está instalado grande parte do parque siderúrgico nacional. "Os produtos chineses atendem basicamente o Norte e Nordeste, por conta do alto custo logístico brasileiro."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Roberto Rockmann | De São Paulo

Título: Endividamento das estatais chinesas supera média global

A atenção do mercado está voltada nos próximos meses ao plano do governo chinês de redução da emissão de poluentes globais. A intenção é melhorar a qualidade do ar nas principais cidades, desligando usinas menos eficientes. Estima-se que em dois anos mais de 200 milhões de toneladas de aço deixaram de ser produzidas no país. A China é o maior consumidor de minério, maior produtor de aço do mundo, com pouco mais de 800 milhões de toneladas (cerca de metade da produção mundial) e principal exportador, com pouco mais de 70 milhões de toneladas anuais.

Para o Brasil, a política de fechamento de usinas da China tem se refletido nos preços. "A China já chegou a exportar 120 milhões de toneladas anuais, mas hoje está abaixo desse patamar. Esse ajuste deve continuar pelos próximos dois a três anos. Os preços subiram e podem se manter nesse patamar no próximo ano", observa Karel Luketic, analista do setor da XP Investimentos.

Mesmo com o corte de produção recente, a World Steel Association prevê que o excedente de produção na China represente 51% do verificado no mundo. Resolver essa questão não é fácil, analisa Germano Mendes de Paula, professor titular do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. "Quando se pensa em siderurgia chinesa, é bom destacar que ela está longe de funcionar como economia de mercado."

Mendes de Paula observa que a indústria siderúrgica chinesa segue recebendo quantidade considerável de subsídios (em capital, terra e insumos) e financiamentos. "No período 2011 a 2016, a lucratividade média de siderúrgicas chinesas foi de 6,6%. Para a consultoria McKinsey, a lucratividade de uma siderúrgica precisa atingir 9% para garantir sobrevivência e 17% para assegurar perenidade."

O endividamento da siderurgia chinesa é muito superior à média mundial. A relação dívida e ativos no país aumentou de 61% em 2005 para 68% em 2011, estabilizando-se neste patamar. Já a média das 30 maiores siderúrgicas mundiais, no período 2010 a 2015, foi de 32%. A relação dívida líquida sobre a geração de caixa na siderurgia chinesa superou nove vezes em três dos últimos cinco anos e chegou inclusive a 25 vezes em 2015. "Mesmo com melhora em 2017, quando a relação foi de 5,1 vezes, a situação ainda é de flagrante endividamento que não é capaz de garantir, por si só, perenidade ao setor", destaca Mendes de Paula.

No Brasil, a maioria das empresas de diversos setores busca atuar com uma relação abaixo de três vezes entre dívida líquida e geração de caixa. "Nesse contexto, os impactos das medidas do governo americano sobre a economia chinesa e em particular para a siderurgia devem afetar mais outros países, inclusive o Brasil, do que a própria China", aponta o especialista.

Outro reflexo chinês é sobre o mercado de minério de ferro. Grandes exportadoras como a Vale e a CSN têm obtido bons resultados com o embarque de minério de mais alta qualidade, cujo preço de venda é mais elevado, por permitir produzir mais aço para cada tonelada usada da commodity e também por reduzir as emissões.

"O mercado tem trabalhado com um prêmio pelo minério de mais alta qualidade, que vai se tornar cada vez mais importante, estamos trabalhando

para aumentar a quantidade desse metal de mais alta qualidade", afirma o presidente da CSN, Benjamin Steinbruch.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Danylo Martins | Para o Valor, de São Paulo

Título: Ações das siderúrgicas têm mais fôlego

A indústria brasileira de aço começou o ano otimista, mas revisou as projeções de crescimento diante da expectativa de uma recuperação econômica mais lenta. O desempenho do setor no primeiro semestre confirma, na avaliação do Instituto Aço Brasil, uma retomada gradual, mesmo com impacto da greve dos caminhoneiros em maio. Para os analistas, o cenário positivo para o preço do aço no mercado internacional também beneficiou o setor no Brasil.

Ainda assim, os papéis de Companhia Siderúrgica (CSN), Gerdau e Usiminas trilham caminhos diferentes, influenciados principalmente pela situação de cada companhia. No ano, até ontem, as ações da Gerdau saltaram 31,70% e os papéis da CSN sobem 12,65%, enquanto os da Usiminas recuaram 7,62%. O Ibovespa, no mesmo período, acumula perda de 0,10%.

"O quadro promissor para a economia não se confirmou, o governo não conseguiu avançar com as reformas, houve greve dos caminhoneiros. Agora, o efeito greve ficou para trás, mas o empresário está parado e os índices de confiança mostram isso", avalia Pedro Galdi, analista de investimentos da corretora Mirae. Para ele, o terceiro trimestre começa com reposição de volumes para os consumidores que não foram atendidos devido à greve. Mas o último trimestre do ano vai depender do desfecho das eleições presidenciais. Já no quadro internacional, pesam contra as tensões comerciais e o aumento da perspectiva de risco para emergentes, aponta Karel Luketic, analista-chefe da XP Investimentos.

Mesmo com as incertezas, os balanços apresentados pelas siderúrgicas brasileiras no segundo trimestre serviram de alento. "Temos visto resultados melhores frente ao que observamos em 2016 e 2017. As empresas estão conseguindo estabilizar a questão financeira", afirma Sabrina Cassiano, analista da corretora Coinvalores.

Com recomendação de compra para os três papéis - Gerdau, CSN e Usiminas -, Ivano Westin, analista do Credit Suisse acredita que existe um bom espaço para a demanda e o consumo aparente voltarem a crescer. As siderúrgicas, segundo

ele, continuam com foco em manter custos sob controle, alocação eficiente de capital e melhorar desempenho operacional. "As empresas estão com os ativos mais ajustados e qualquer melhora do mercado vai ser refletida em geração de caixa adicional e, consequentemente, lucro", prevê.

A diversificação geográfica dos negócios continua como um dos trunfos da Gerdau. Todos os analistas ouvidos pelo **Valor** trabalham com recomendação de compra para a ação. Parte relevante dos resultados da siderúrgica gaúcha vem de outros países, principalmente dos Estados Unidos. "Isso faz com que a empresa tenha defesa maior em relação às incertezas domésticas", destaca Luketic, da XP.

O resultado da Gerdau no segundo trimestre também veio bem acima do esperado pelo mercado. De abril a junho, o lucro da produtora de aços longos atingiu R\$ 694,6 milhões, montante nove vezes superior ao registrado no mesmo período de 2017. "Foi o melhor resultado trimestral desde 2008, superando as expectativas e deve ser atribuído, principalmente, à operação nos EUA", diz Marcos Assumpção, especialista em aço e mineração e head da área de research do Itaú BBA no Brasil.

A situação financeira da CSN, por sua vez, ainda preocupa. A companhia fechou o segundo trimestre com alavancagem (dívida líquida/Ebitda) de 5,3 vezes, patamar considerado alto pelo mercado. "Continua sendo a empresa mais alavancada e, quando olhamos para valuation, ainda é a mais cara", observa Assumpção, do Itaú BBA.

Os analistas são unânimes: para a empresa realmente chegar a um nível baixo de alavancagem, é necessário ampliar a venda de ativos, processo que já começou, mas de maneira tímida. Em teleconferência, o presidente da CSN, Benjamin Steinbruch, afirmou que o desafio pessoal é atingir dívida líquida/Ebitda de 3,5 vezes no fim do ano. Em paralelo, a empresa anunciou o alongamento do vencimento de dívidas assumidas com o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal. "Isso dá fôlego para a companhia melhorar os resultados operacionais", pondera Assumpção.

No caso da Usiminas, os analistas recomendam cautela devido à alta exposição dos negócios da companhia mineira à atividade econômica do país, que hoje tem a incerteza política como principal pano de fundo. Além da desvalorização do real ante o dólar, o resultado da empresa no segundo trimestre foi afetado pela paralisação dos caminhoneiros. "Na divisão de siderurgia, que corresponde por quase 90% do Ebitda [sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização], a recuperação, ainda que gradual, na demanda interna e a alta mundial nos preços foi atenuada pelas dificuldades logísticas", aponta Sabrina, da Coinvalores.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/08/2018****Seção: Suplemento - Indústria do aço****Autor: Danylo Martins | De São Paulo****Título: Câmbio e commodities minerais favorecem preços**

As usinas siderúrgicas no país têm reajustado os preços do aço no mercado doméstico com o objetivo de recompor as margens de rentabilidade dos seus produtos. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), por exemplo, anunciou em julho aumento de 12,25% nos preços do aço laminado para a rede de distribuição e de 10,75% para o material galvanizado (zincado). Outras companhias como ArcelorMittal e Usiminas estão seguindo o caminho, conforme informou o **Valor** no fim de julho.

O movimento de alta nos preços ocorre desde 2016, e o câmbio mais desvalorizado é uma das principais razões para os reajustes, segundo especialistas. A recuperação dos preços internacionais também abriu espaço para que os valores no mercado interno fossem elevados pelas companhias, aponta Felipe Beraldi, economista e analista do setor de siderurgia e metalurgia da Tendências Consultoria Integrada.

"A China é um mercado de referência para os preços internacionais do aço, uma vez que concentra aproximadamente metade da produção e consumo global da commodity. Por isso, os reajustes de preços do aço no mercado interno seguiram o que se viu no mercado internacional", explica. Ao longo de 2016 e 2017, segundo ele, os preços em dólar das bobinas laminadas a quente no mercado chinês avançaram 24,8% ao ano ante 2015.

A alta nas cotações do aço é explicada por fatores como a melhora da demanda global pelo produto, com destaque para o mercado chinês, o aumento das pressões de custos com commodities minerais - carvão metalúrgico e minério de ferro - e os fechamentos de capacidades obsoletas na China (parte de um rol de medidas de combate à poluição do governo chinês).

Entre 2016 e 2018, houve uma recuperação nos preços das commodities minerais, observa Roberto Castello Branco, diretor do Centro de Estudos em Crescimento e Desenvolvimento Econômico da Fundação Getúlio Vargas (FGV). "Isso se deu em consequência da aceleração do crescimento da economia global, que resultou em aumento de demanda, com a ajuda do corte de projetos de expansão de capacidade."

Os especialistas lembram que os reajustes variam conforme o mercado. No caso do setor automotivo, um dos mais importantes clientes das siderúrgicas, a recuperação do segmento fincou o pé no acelerador. Tanto é que as vendas de veículos novos subiram 17,7% em julho, configurando o melhor mês desde 2015, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Já os preços do minério de ferro seguem uma trajetória volátil neste ano, segundo Beraldi. A cotação da commodity começou 2018 acima de US\$ 70 a tonelada, mas recuou nos meses posteriores. Com o anúncio das medidas de combate à poluição na China, o minério com 62% de teor de ferro voltou a subir nas últimas semanas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Vera Franco | Para o Valor, de São Paulo

Título: Crise na construção fez vendas de aços longos recuarem 34%

Corrêa, da Aço Cearense: obras e reformas residenciais ajudaram nas vendas

A indústria da construção civil, que responde por 38,1% do consumo de aço do país, o equivalente a 6,9 milhões de toneladas, enfrenta uma paralisação sem precedentes em sua história pela falta de investimentos em novos projetos. O PAC, que desembolsou R\$ 64 bilhões em 2014, liberou apenas R\$ 17 bilhões, em 2017. O cenário tem se agravado devido a uma associação de fatores entre eles a crise política, a severa recessão econômica e a lentidão na resolução dos processos da operação Lava-Jato.

"A situação drástica é decorrente de razões estruturais como o custo Brasil e a alta carga tributária, e conjunturais, entre as quais a queda consistente do PIB acumulada em 8%", diz Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil. Segundo ele, o foco é aumentar o PIB da indústria de transformação para 2,5% em 2019, a partir da implementação de obras e de reformas da Previdência, fiscal e tributária.

A indústria do aço sofreu uma retração bem intensa nos últimos quatro anos. O consumo de aços longos - que tem como principal aplicação a construção civil - caiu 34% em 2017 em relação a 2013, antes da crise, enquanto a venda total de aço no país ficou 26% abaixo do patamar de 2013, segundo Felipe Beraldi, economista da Tendências Consultoria.

A previsão de 1,5% de crescimento do consumo de aço na área da construção civil em 2018 já foi revista pelo Instituto Aço Brasil, que estima fechar o ano com apenas 0,7%. Há perspectivas, no entanto, de alta de 5,8% do PIB da construção, em 2019.

"Para isso é preciso segurança jurídica, crédito, planejamento e estímulo ao capital privado, além da aprovação da lei de Licitações", diz José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Ele foi o porta-voz do encontro com os presidentes, promovido, no início do mês, em Brasília, pelo movimento Coalizão pela Construção, que reúne 26 entidades do setor em prol da sua recuperação.

Foi consenso entre os candidatos presentes a importância do segmento da construção para o desenvolvimento do país, por ser o maior empregador. Hoje são cerca de 100 mil empreiteiras que geram 2 milhões de empregos diretos, que chegaram a 3,09 milhões, em 2014.

A área da construção mais impactada pela crise foi a de infraestrutura, seguida da construção civil, que apresentou déficit de 6 milhões de unidades. Os recursos para o mercado imobiliário com o financiamento da caderneta de poupança caíram mais de 50%, de R\$ 114 bilhões, em 2014, para R\$ 43 bilhões, em 2017.

No caso de infraestrutura, é legítima a preocupação com o desenvolvimento da indústria nacional. A China, por exemplo, aporta capital e traz o pacote inteiro: máquina, aço e pessoal. Por conta disso, a indústria brasileira muitas vezes fica alijada do processo. A preocupação é que o investimento destinado à infraestrutura só retornará daqui a dez anos

O ciclo da construção imobiliária também é relativamente longo, dura em torno de dois anos - do lançamento à conclusão da obra. O que manterá o setor em atividade, até o fim de 2018, será a área de reforma imobiliária, o chamado "consumo formiga", conforme prevê Samanta Imbimbo, economista da Tendências.

O crescimento em torno de 15% no primeiro semestre de 2018 da siderúrgica paraense Sinobras, que pertence ao grupo metalúrgico Aço Cearense, confirma essa estimativa. As obras e reformas residenciais têm mantido a empresa desde o início do ano, segundo Ian Corrêa, vice-presidente de operações do grupo. Toda a sua produção é voltada para atender o consumo interno com aços longos, tubos e perfil.

Mesmo com o crescimento das exportações, as vendas internas de aço longo em 2017 no país responderam por 75% do mercado. Isso mostra a dependência

das siderúrgicas brasileiras do mercado interno. Especialistas estimam haver potencial ainda bem promissor para expansão da indústria. Em 1980, o Brasil respondia por 100 kg do consumo per capita do aço e a China, por 34 Kg. Em 2017, a situação inverteu-se, a China passou a consumir 522 Kg e o Brasil 92 Kg.

O mercado da construção tem buscado na inovação alternativas para conseguir uma operação mais enxuta. A tecnologia de modelagem de informações da construção (Bim), aplicada ao ciclo de um empreendimento de construção civil, viabiliza o controle e gestão eficientes das obras. Segundo Wilton Silva Catelani, consultor estratégico de Bim, além de gerar menos desperdício é possível uma otimização de custos de 20%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Rosangela Capozoli | De São Paulo

Título: Exportações mantêm projeções de alta para venda de máquinas

O agronegócio no Brasil vem puxando a indústria de máquinas e equipamentos, principal sinalizadora da retomada dos investimentos que, por sua vez, impulsiona o segmento de bens de capital - o segundo maior consumidor de aço do país, com 21,4% de participação no mercado comprador. São, porém, as exportações que injetam mais otimismo no setor.

Os embarques de máquinas e equipamentos passaram a representar 47% do total das vendas, um acréscimo de 16,8% no primeiro semestre deste ano em relação a igual período de 2017. Até junho, o faturamento subiu 4,2%, para R\$ 35,08 bilhões. "A projeção é que o crescimento em 2018 fique entre 5% e 7%", diz José Velloso Dias Cardoso, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Segundo ele, o consumo de aço, a principal matéria-prima do segmento, deve aumentar na mesma proporção e a demanda se manterá firme em 2019. Os pedidos em carteira subiram 6,1% nesse primeiro semestre se comparado à igual intervalo do ano anterior.

A John Deere, líder mundial na fabricação de equipamentos agrícolas também aposta no incremento das vendas. A expectativa é encerrar o ano com alta de 5% no volume de negócios na América do Sul na área de máquinas e equipamentos agrícolas, com destaque para Brasil e Argentina. "Nosso consumo de aço cresce na mesma medida da produção", diz Alfredo Miguel Neto, diretor

de assuntos corporativos da John Deere para a América Latina. Para 2019 a previsão é mais animadora: há possibilidade de dobrar os números.

O otimismo se deve ao novo recorde da safra de grãos 2018/2019, estimada em 248 milhões de toneladas. "Com rentabilidade mantida, o produtor agrícola continuará investindo em máquinas, equipamentos agrícolas e tecnologia, para redução de custos e aumento da produtividade", diz. Em média, o aço tem um peso entre 25% e 30% na produção de máquinas e equipamentos agrícolas, segundo cálculos do diretor.

Cauteloso, Luis Alberto Tiefensee, diretor superintendente da WEG Motores, prefere não apostar em grandes alterações no volume de aço consumido. "A previsão é manter neste ano o mesmo consumo dos últimos cinco anos, ao redor de 200 mil toneladas", informa. A WEG usa aço na construção de estruturas de motores, eixos de motores, geradores e transformadores. "Em 2019 a perspectiva é de melhora, mas também sem grandes saltos", acrescenta.

Apesar da prudência, a companhia obteve o melhor faturamento da sua história no segundo trimestre do ano - R\$ 3,05 bilhões, 34% a mais que os R\$ 2,28 bilhões do mesmo período de 2017 - e espera que o desempenho se mantenha no segundo semestre, de acordo com André Rodrigues, diretor financeiro da empresa.

Segundo o diretor de planejamento e economia da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Igor Rocha, o setor está com altos índices de endividamento e ociosidade. Opera com 75,9% da capacidade instalada ante 78% no mesmo período de 2017, por carência de demanda. "A recuperação só começará no segundo semestre do próximo ano e os investimentos só virão a partir de agosto", prevê.

Em 2017 os investimentos em infraestrutura somaram R\$ 110,4 bilhões, 1,67% do PIB. "A expectativa para este ano é de recursos de R\$ 113,7 bilhões, puxados, sobretudo, pelo setor de energia, com R\$ 42,9 bilhões", afirma Rocha. A boa notícia, diz ele, é que a comparação do desempenho da indústria do aço em 2018 em relação ao anterior já mostra uma melhora. A produção de aço laminado, por exemplo, teve aumento de 6,8% no primeiro semestre deste ano sobre a primeira metade de 2017 e, no aço bruto a alta foi de 2,9%. "Essa melhora se deu mais por conta de melhora do ambiente externo e menos por causa da recuperação da economia doméstica", afirma.

Em sua opinião, os investidores continuam olhando para o Brasil. "É impossível o país estar fora do radar de investimentos internacionais". Segundo ele, resolvidas as incertezas eleitorais, os investimentos estrangeiros começarão a chegar.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/08/2018****Seção: Suplemento - Indústria do aço****Autor: Rosangela Capozoli | De São Paulo****Título: Linha branca deve ter mais crescimento**

Quarto no ranking entre os setores da economia que mais consomem aço, o segmento de utilidades domésticas e comerciais tem na chamada linha branca - geladeiras, fogões, lavadoras e outros - seu lado mais forte. Para se ter uma ideia, 75% do peso de um fogão são constituídos dessa matéria-prima. Uma geladeira tem 55% do seu peso em aço. Estudo feito pelo Instituto Aço Brasil sobre os consumidores potenciais de aço revela que o ramo de utilidades domésticas utiliza 7,3% de todo o metal consumido no país. Apesar de a linha branca ter apresentado um crescimento tímido no primeiro semestre do ano - alta de 2,75%, atingindo 6,72 milhões de unidades -, a previsão para o ano do setor de eletroeletrônico, na qual a categoria está inserida, subiu 14,6% se comparada ao mesmo intervalo do ano passado. Os dados são da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros).

"Houve uma melhoria gradativa do cenário para o consumo. A demanda reprimida que tivemos é o principal motivo para a produção de linha branca ter crescido pouco", diz José Jorge do Nascimento Junior, presidente da Eletros, associação que reúne 30 associados, que respondem por 47 fábricas. O volume de eletroeletrônicos alcançou 52,1 milhões de unidades entre janeiro e julho deste ano, contra 45,5 milhões no mesmo intervalo de 2017. "A estimativa para este ano é de um aumento entre 10% e 15%", diz.

A sueca AB Electrolux, por exemplo, líder mundial em eletrodomésticos e aparelhos de uso profissional, teve aumento de 10,8% nas vendas líquidas para a América Latina no segundo trimestre de 2018 frente a igual período do ano passado. Segundo a companhia, o desempenho na região foi influenciado pelo acréscimo nas vendas no Brasil e pelo aumento dos preços dos produtos. A Electrolux também comunicou ao governo paranaense sua intenção de investir R\$ 220 milhões na modernização e expansão de sua unidade fabril em Curitiba (PR).

Número um na produção mundial de ar condicionado, a Gree Electric Appliances prevê elevação de 20% na receita, neste ano, sobre o ano anterior e a meta é bater nos R\$ 300 milhões. Instalada na Zona Franca de Manaus, a Gree pretende dobrar o volume de produção. Segundo Alex Chen, diretor comercial nacional da unidade brasileira, a capacidade instalada hoje é de 500 mil unidades por ano.

De acordo com os dados fornecidos pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), em 2017 foram fabricados mais de 3 milhões de unidades de ar-condicionado tipo split e mais de 251 mil do tipo janela. Segundo a consultoria Euromonitor International, que mede as vendas no varejo, foram comercializados 3,17 milhões de aparelhos split no Brasil em 2017, alta de 5,7% em relação ao ano anterior. A previsão para 2018 é de alta de 2,7% nas vendas.

Tradicional no segmento de utilidades para o lar, a Tramontina quer elevar os embarques e evoluir de uma receita anual de US\$ 200 milhões para US\$ 250 milhões no médio prazo, de acordo com Clóvis Tramontina, presidente da empresa. "O mercado mundial é muito bom e vamos focar na linha empresarial, de hotelaria". Hoje a companhia vende ao mercado externo produtos como conjuntos de facas e espetos para churrasco, os mais demandados na Europa. A marca está em 120 países e quer chegar a outros. "Temos política de exportação, não política de câmbio, porque queremos exportar sempre e não quando o câmbio está melhor", afirma.

A Tramontina teme que a greve dos caminhoneiro, que comprometeu o andamento de toda a economia, possa também atrapalhar o plano de crescer 17% e faturar mais de R\$ 5,6 bilhões neste ano. "Mas, apesar de difícil, a meta está mantida", informa a empresa. A companhia tem um portfólio com 18 mil itens e projeta terminar a 11ª unidade fabril, em Recife (PE), em 2020. Desta vez, ao invés de produtos à base de aço inoxidável serão de porcelana.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Rosangela Capozoli | Para o Valor, de São Paulo

Título: Indústria automobilística contribui com recuperação

O carro que você conduz "carrega" cerca de 56% de seu peso em aço; no total, ele pesa pelo menos 700 kg, considerando os modelos mais leves. Por conta da alta produção do setor e da estrutura dos veículos, a indústria automobilística é a terceira maior consumidora do metal no país, com 19,6% do total, atrás apenas da construção civil e de bens de capital, segundo dados do Instituto Aço Brasil (IABr).

"O setor automotivo impulsiona as vendas de aços planos como no passado", afirma Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo do IABr. O consumo aparente de produtos siderúrgicos, que reúne tanto as vendas de empresas locais quanto as importações, avançou 9,3% na comparação anual e chegou a 10,1 milhão de toneladas, segundo a organização.

Líder na fabricação de caminhões e ônibus, a Mercedes-Benz do Brasil fez as contas e já sabe que o consumo de aço neste ano será bastante superior a 2017. "O aumento da matéria-prima deverá ficar em torno de 25% neste ano, em relação ao ano anterior, totalizando 180 mil toneladas. Para o próximo ano o previsto é um incremento de 20%", prevê Erodos Berbetz, diretor de compras da Mercedes-Benz do Brasil. Essa expectativa, segundo o executivo, justifica-se pela demanda reprimida por veículos comerciais e a urgência da renovação de frota existente no Brasil.

Dados do Banco Mercedes-Benz comprovam o aumento de volume de novos negócios, que foi de 54,6% entre os meses de janeiro e junho, passando de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 1,7 bilhão nos primeiros seis meses deste ano. "Com o mercado reagindo, estamos em um ritmo de crescimento constante. Ele começou com o incremento de 20% nos negócios em 2017 e, agora, com o aumento de outros 54,6% no primeiro semestre de 2018", comemora Diego Marin, diretor comercial do Banco Mercedes-Benz.

O Crédito Direto ao Consumidor, segundo ele, superou o Finame como a linha de crédito mais procurada. Apenas no primeiro semestre a modalidade acumulou R\$ 962 milhões, volume 138,7% maior do que apresentado no ano passado, seguido pelo Finame, com R\$ 508 milhões no período, e pelo Renovação de Frota do Transporte Público Coletivo Urbano (Refrota), com R\$ 150 milhões.

A tendência é de crescimento para a indústria automobilística, segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Em julho, as montadoras mantiveram o ritmo de crescimento da produção. Foram fabricados 245,8 mil veículos, o que representou um aumento de 9,3% na comparação com idêntico mês de 2017. No acumulado do ano, foram 1,68 milhão de unidades, elevação de 13%.

"Isso mostra que estamos em recuperação", afirma Antonio Megale, presidente da Anfavea. Para o executivo, a retomada do mercado interno tem ajudado a elevar os volumes de produção no setor de aço.

O crescimento da indústria tem reflexos diretos no consumo de aço. E a tendência desse mercado é de ampliação crescente, com a chegada de novos investimentos. O Grupo PSA - fabricante das marcas Peugeot e Citroën - é um exemplo de empresa disposta a ampliar a produção no Brasil. O grupo francês, que hoje tem 1,9% de market share no mercado automotivo brasileiro, quer conquistar uma fatia de 5% até 2021.

De acordo com Patrice Lucas, presidente do Grupo PSA para o Brasil e a América Latina, "as vendas do primeiro trimestre no país tiveram um crescimento de

20% em relação ao mesmo período de 2017, mas houve desaceleração nos meses subsequentes e o semestre fechou com alta de 14%".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Cristina D'Avila | Para o Valor, de São Paulo

Título: ArcelorMittal aposta no mercado internacional

A ArcelorMittal, que exporta 60% do que produz e destina os 40% restantes ao mercado doméstico, desenvolveu estratégias para aproveitar vantagens competitivas e flexibilidade operacional de seu parque para enfrentar o cenário da crise econômica do país, iniciada a partir de 2014. "A crise do mercado doméstico não nos atingiu, pois partimos para as exportações", diz o presidente da ArcelorMittal Brasil, Benjamin Baptista Filho.

A empresa, segundo o executivo, reduziu a produção de laminados a quente no mercado interno entre 2014 e 2016, e passou a destinar, por exemplo, 500 mil toneladas de bobinas para uma nova fronteira - a Ásia, além de reforçar outros mercados. "Mas planejamos reduzir as piores exportações, como essas aos asiáticos. Temos um custo competitivo, mas os fretes, devido a longa distância, têm um valor alto", diz Baptista Filho, que também é CEO da ArcelorMittal Aços Planos América do Sul.

Em 2013, ano do pico de produção do aço no país, com o aquecimento da demanda, a ArcelorMittal vendeu 2 milhões de toneladas de bobinas a quente no mercado interno. A crise, entretanto, fez a empresa perder contratos com clientes da indústria automotiva, cujo volume somava 600 mil toneladas de bobinas. A saída para amortecer o baque foi desviar essa carga, que passou a ficar ociosa, às exportações para novos mercados, com rentabilidade inferior às vendas ao mercado doméstico.

"Só pudemos fazer isso, porque aproveitamos o fato de produzirmos a plena capacidade os produtos planos, a um custo baixo", diz. A planta industrial em Serra (ES) fabricou 7,2 milhões de toneladas de placas em 2017 e 4,2 milhões de toneladas de bobinas a quente, quando a indústria emitiu os primeiros sinais de recuperação.

Enquanto isso, projeto de expansão do grupo em suas instalações de São Francisco do Sul (SC) teve sinal verde. O investimento, que teve seu valor atualizado para US\$ 330 milhões, havia sido suspenso em abril de 2014, por conta da crise.

A unidade de laminação de São Francisco do Sul é especializada em chapas de aço a frio e galvanizadas. A matéria-prima (bobinas laminadas a quente) é oriunda da usina do grupo em Serra (ES). A expansão, segundo a companhia, vai fortalecer a atuação da ArcelorMittal em aço de maior valor agregado nos setores automotivo, construção civil e de linha branca. Trata-se de aço revestido com material contra corrosão. Vai também sustentar a estratégia de crescimento no Brasil e América Latina.

O início da produção adicional, com a terceira linha de aço galvanizado, está previsto para 2021, com pouco menos de 30 meses de obras de montagem. Essa linha terá capacidade de beneficiar 500 mil toneladas por ano.

Com a expansão, a ArcelorMittal terá no Brasil um portfólio de aços mais nobres de 2,1 milhões de toneladas na operação do Sul. Destas, 1,45 milhão de toneladas serão produtos galvanizados e 700 mil de laminado a frio. O investimento, com tecnologia Comblin (recozimento contínuo) vai permitir ampliar em 200 mil toneladas a oferta de laminado a frio, com alta resistência e para linha automotiva, diz executivo. A partir de Serra, a empresa continuará com vendas de 2 milhões de toneladas de bobinas a quente. O volume será destinado ao mercado interno e a clientes cativos da América do Sul.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor:

Título: Evento reúne governo e especialistas globais do setor

Começa hoje, no Hotel Transamérica, em São Paulo, a nova edição do Congresso Aço Brasil, evento promovido pelo Instituto Aço Brasil, que se estende até amanhã. A intenção é fomentar as discussões mais relevantes sobre o setor em um momento em que o país começa a viver a campanha eleitoral para a Presidência da República.

O evento terá a participação de representantes do governo federal, de empresas com atuação no Brasil e de especialistas do exterior. Neste primeiro dia, pela manhã, está prevista a participação de Shunko Rojas, presidente do Fórum Global G-20 e subsecretário de comércio exterior da Argentina. Rojas tem presidido as reuniões do organismo que busca articular uma solução para reduzir o excedente global de aço.

Em 30 de novembro e 1 de dezembro, o Fórum deverá se reunir em Buenos Aires para discutir diretrizes e um novo relatório sobre a situação do setor siderúrgico no mercado mundial.

Ainda neste primeiro dia, por volta do meio-dia, estão previstas as presenças de Nae Hee Han, diretora de estudos econômicos e estatística da World Steel Association, uma organização que reúne os principais países produtores de aço do mundo, e de Le Xia, economista-chefe para a Ásia do BBVA Research.

Dos 545 milhões de toneladas de excesso de produção de aço no mundo, cerca de dois terços estão concentrados na Ásia - sendo que 280 milhões de toneladas estão na China e 85 milhões em outros países da região - que se tornou o principal fiel da balança do mercado de aço e minério de ferro.

Para o segundo dia do congresso, em 22 de agosto, estão previstas as presenças do presidente da Câmara Brasileira da Indústria de Construção (Cbic), João Carlos Martins, e de Paul Procee, líder do programa de infraestrutura e desenvolvimento sustentável do Banco Mundial e co-autor do estudo "Back to Planning: How to Close Brazil's Infrastructure Gap in Times of Austerity".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Sérgio Adeodato | Para o Valor, de São Paulo

Título: Mercado demanda novas ações de sustentabilidade

Em busca de competitividade, a produção brasileira de aço reutiliza 96% da água que circula nas unidades fabris, aproveita 88% dos resíduos como a escória empregada na fabricação de cimento e tem 42% da demanda de energia atendida pelo processamento dos gases da própria indústria, reduzindo combustíveis fósseis.

Os dados, levantados pelo Instituto Aço Brasil, refletem a complexidade das mudanças impostas por um mercado de consumo vulnerável a crises e guerras comerciais como a que envolve EUA e China. "Para além dos requisitos técnicos dos produtos, a indústria está sob pressão de novas leis e normas de produção sustentável e de clientes que exigem certificados de qualidade ambiental", afirma Cristina Yuan, diretora de assuntos institucionais da organização.

A pegada de carbono pode fazer diferença no contexto da mitigação das mudanças climáticas. Em linha com o padrão global, o Brasil emite 1,9 tonelada de gases de efeito estufa por tonelada de aço bruto. Mas poderia se descolar do

resto do mundo e somar vantagem competitiva via expansão do carvão de florestas plantadas como fonte energética para os fornos: o eucalipto resgata da atmosfera 2,9 toneladas de carbono por tonelada de gusa (matéria-prima do aço). Segundo a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), dos 7,84 milhões de hectares de plantios florestais em 2017, cerca de 13% se destinaram à siderurgia, com produção de 4,5 milhões de toneladas de aço a partir de carvão vegetal.

No ano passado, o consumo de gusa foi de 28,5 milhões de toneladas. Do total, 96% tiveram origem na própria indústria do aço, mas dessa fatia apenas 7% foram produzidas a carvão vegetal, que é uma fonte renovável, ao contrário da matéria-prima mineral. Cerca de 1,2 milhão de toneladas de gusa veio de produtores independentes, que também fornecem para fundições e exportam - e após manchar a imagem do aço, devido a impactos ambientais, se tornaram alvos de um protocolo empresarial para o cumprimento de critérios de sustentabilidade que exigem a origem legal da madeira.

Para reduzir o risco do carvão obtido por desmatamento, as indústrias atuaram junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas para a criação de regras voltadas ao fornecimento de gusa. Além disso, empresas adotaram a Declaração Ambiental de Produtos (DAP) para diferenciar vergalhões de aço demandados pela construção civil sob o controle de auditorias que seguem o padrão da Alemanha quanto aos impactos.

Em Minas Gerais, onde dois terços dos guseiros operam, a Lei Estadual 18.365, de 2009, estabelece que até 2019 no máximo 5% da matéria-prima pode ser obtida de mata nativa. Como resultado disso e da queda da economia, em uma década, o consumo de carvão vegetal caiu de 14 milhões para 9 milhões de metros cúbicos ao ano, na região. Mas o sinal de alerta está ligado: "A recessão inibiu investimentos em plantios de floresta e a retomada poderá voltar a pressionar a derrubada da Mata Atlântica para fazer carvão", diz Samir Lotfi Vaz, pesquisador da Fundação Dom Cabral (FDC). De 2011 a 2018, as áreas de eucalipto para siderurgia diminuíram de 1,3 milhão para 231 mil hectares em Minas Gerais, enquanto a demanda de carvão voltou a crescer. Em 2017, a produção mineira de gusa cresceu 21%, incentivada pelas exportações, que subiram 26%, segundo o Sindicato da Indústria de Ferro no Estado de Minas Gerais.

"A sustentabilidade pode valorizar o produto nacional na competição com a commodity chinesa, mas devemos ser espertos e criar demanda para o aço verde", ressalta Pedro Lins, professor da FDC.

"Temos um grande diferencial", diz Frederico Ayres Lima, presidente da Aperam South America, fabricante de aço inoxidável e elétrico em Timóteo (MG) com

exportações que representam 20% da produção, tendo atingido 50% como alternativa de mercado na crise econômica. A expansão se viabilizou, entre outros fatores, pelos índices de sustentabilidade. Para uma produção de 450 mil toneladas de carvão vegetal ao ano, a empresa mantém no Brasil 76 mil hectares de eucalipto certificado que abastece a fábrica e pode gerar créditos de carbono.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Sérgio Adeodato | De São Paulo

Título: Economia circular ganha mais espaço na siderurgia

A estratégia de maximizar o valor dos produtos reduzindo matérias-primas, resíduos e impactos ambientais ganha espaço no planejamento de longo prazo no mercado do aço. "Para fazer frente ao aumento da demanda, que deverá duplicar nos próximos 40 anos, é necessário produzir e consumir de maneira diferente", analisa Guilherme Abreu, gerente geral de meio ambiente da ArcelorMittal Brasil, um dos principais fornecedores para os mercados de automóveis, construção, embalagens e eletroeletrônicos.

Estudo da Fundação Ellen MacArthur indica que a nova visão da economia circular pode resultar em 135 mil hectares de terra restaurada por floresta e US\$ 45,8 milhões de receita por ano com subprodutos da companhia. O ganho econômico e ambiental abrange a reutilização em ciclo fechado de 1,3 milhão de toneladas de materiais, antes perdidas. O avanço se soma à prática de remanufatura de modo a estender a vida útil do produto, transformando-o em outro com características de um novo.

Além de produzir aço mais leve e resistente para a indústria automotiva, as inovações buscam nichos avançados na construção civil, como o desenvolvimento de estruturas modulares que permitem a reutilização do material usado nos edifícios. A ArcelorMittal embarcou também na onda de vender serviço e não produto, e assim reduzir a extração de materiais para fabricação: uma nova linha de estaca-prancha que faz a contenção temporária nas obras é comercializada na forma de leasing, possibilitando o reúso. "O desafio inclui novos modelos de negócio para gerar impactos positivos de longo prazo", avalia Aldo Roberto Ometto, coordenador do Centro de Inovação e Economia Circular da Universidade de São Paulo.

Nos últimos 50 anos, a indústria siderúrgica reduziu em 60% a intensidade de energia por tonelada de aço, segundo a World Steel Association. Em 2016, 98%

das matérias-primas foram convertidas em produtos com baixo desperdício e os resíduos têm ampla aplicação na indústria de concreto, fertilizantes, plásticos e cosméticos.

"Pensar em todo o ciclo de vida do produto permite avaliar os impactos ambientais desde a produção da matéria prima até o descarte e o seu consequente reflexo em cada etapa", afirma Osamu Nakagawa, chefe do escritório da japonesa Nippon Steel & Sumitomo Metal, controladora da Usiminas, em Belo Horizonte (MG). Para o executivo, o aço verde é estratégia para capturar a crescente demanda global na perspectiva de um mercado que busca reduzir emissões de carbono e dos compromissos climáticos dos países na ONU. Seguindo essa rota, a empresa desenvolve soluções de sustentabilidade como o fornecimento de chapas especiais de aço para motores de carros elétricos.

"A economia circular é o que guiará o futuro das empresas", aponta Gustavo Werneck, presidente da Gerdau, ao lembrar que o setor é um dos que têm contribuído para a transição de modelo: "A disponibilidade de recursos naturais está cada vez mais limitada e os mercados consumidor e financeiro estão atentos às questões ambientais". Em 2017, a companhia reciclou no mundo 12 milhões de toneladas de sucata - principal matéria-prima usada em 72% do aço que produziu no período.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Sérgio Adeodato | De São Paulo

Título: Sucata retorna à indústria com ganhos ambientais e sociais

Carros e caminhões fora de uso, latas descartadas após o consumo, geladeiras, fogões e outros aparelhos velhos representam 50% da sucata metálica recolhida nas cidades para voltar à produção de aço em lugar do minério primário, o que, em tese, permite menor impacto ambiental desde a matéria-prima, além de reduzir a dependência de recursos básicos passíveis de se esgotarem na natureza. A outra metade da tralha é de sobras do processamento industrial, também recuperada para novos produtos.

Em 2017, algo em torno de 8,9 milhões de toneladas de sucata foi consumido pelas indústrias de aço, no total de R\$ 8 bilhões, com expectativa de aumento por conta da retomada da economia. Antes da recessão, os volumes atingiram 10 milhões de toneladas ao ano - mesmo assim, longe dos registrados nos Estados Unidos (74 milhões de toneladas) ou na Europa (110 milhões), regiões

em que o consumo de produtos que viram sucata após a vida útil é muito superior ao brasileiro.

O baixo índice do país obriga a recorrer a uma maior quantidade de ferro-gusa como matéria-prima, trazendo junto riscos como o desmatamento e outros danos, além do uso energético mais intenso nos fornos. Como a questão da sustentabilidade tem peso crescente nas decisões de mercado, projeta-se o uso crescente da reciclagem nas aplicações que a permitem. Diante do consumo em expansão, analistas estimam que no futuro a sucata seja suficiente para cobrir quase toda a demanda da produção. Hoje, de acordo com empresas do setor, cerca de 85% do aço disponível no mercado após a vida útil é recuperado de volta à indústria.

No Brasil, falta uma política nacional de incentivo à renovação de frota e transformação de carros, ônibus e caminhões velhos em sucata, apesar das instâncias criadas nas últimas décadas para chegar a soluções. Hoje as iniciativas ocorrem de forma isolada nos Estados. Em São Paulo, por exemplo, o Detran realiza leilões periódicos para reciclagem de veículos apreendidos: em 2017, foram 18,8 mil. No ano anterior, 32,7 mil. Em todo o Brasil, calcula-se o acúmulo de mais de 1 milhão de carros em pátios aguardando um destino.

Quanto às latas de alimentos em conserva, tintas e outros produtos, das 415 mil toneladas colocadas no mercado por ano, 290 mil (70%) são recicladas no país, segundo dados da Associação Brasileira de Embalagem de Aço (Abeaço). A presidente executiva, Thaís Fagury, ressalta: "O principal desafio é o engajamento do consumidor final".

Em cumprimento da Lei 12.305, aprovada em 2010 estabelecendo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o setor implantou um programa de logística reversa baseado em diferentes pilares. No apoio às cooperativas de catadores, a estratégia é prestar assistência técnica e aproximá-las da indústria recicladora como forma de evitar atravessadores e melhorar os preços pagos pela sucata. Há ainda benefícios ambientais: a reciclagem de aço reduz em 70% o consumo de energia. A recuperação de única lata pode economizar o equivalente a uma televisão ligada por uma hora ou a uma lâmpada de 60W acesa por quatro horas.

As 15 mil toneladas coletadas no ano passado pelas 50 cooperativas do programa economizaram 2,3 mil toneladas de carvão mineral na produção de aço e evitaram a emissão de 55,5 mil toneladas de gases de efeito estufa. O sistema possui estações para entrega de embalagens de aço por consumidores em São Paulo, além de uma central de coleta apta a receber grandes volumes produzidos por empresas, como construtoras que usam expressiva quantidade de latas de tinta.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/08/2018****Seção: Suplemento - Indústria do aço****Autor: Cristina D'Avila | Para o Valor, de São Paulo****Título: Fusões e aquisições garantem sinergias**

Gigantes globais do setor siderúrgico fortalecem sua atuação no mercado brasileiro do aço por meio de fusões e aquisições. O grupo belga-indiano ArcelorMittal adquiriu a Votorantim Siderurgia em fevereiro e, por determinação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), teve que se desfazer da planta completa de Cariacica (ES) e do laminador em Itaúna (MG). Já o ítalo-argentino Ternium investiu uma soma superior a R\$ 11 bilhões na compra da participação societária da Usiminas e da CSA.

As motivações de cada um nesse jogo são diferentes. A CSA, em Santa Cruz (RJ), vende placas, um produto semiacabado, principalmente para o mercado externo, e a Votorantim Siderurgia atuava em laminados longos, direcionado mais ao mercado doméstico. O objetivo da ArcelorMittal, maior produtor mundial de aço, com 16 mil empregados no país, é obter mais sinergias no Brasil, um mercado severamente castigado pela recessão e o número crescente de competidores. A Ternium, uma das principais produtoras de aço da América Latina, é grande importadora de placas nas suas operações mexicanas. Assim, uma de suas preocupações é com a garantia de suprimento de operações externas.

Jefferson de Paula, CEO da ArcelorMittal Aços Longos Américas do Sul, Central e Caribe, é otimista: "Acreditamos no país, mesmo sabendo que o ambiente de negócio não é estável. Mas, em longo prazo, o Brasil tem condições de crescer, principalmente no segmento da construção civil nos próximos 10 anos. O déficit de 7 milhões de moradias e a demanda na área da infraestrutura, em projetos como rodovias, estradas, ferrovias, metrô, portos, entre outros, nos atrai."

A Votorantim Siderurgia surgiu, para o dirigente da ArcelorMittal, como uma oportunidade e marca a liderança no segmento de aços longos. Outra razão são as sinergias: "O que esperávamos atingir em três anos, vamos alcançar em apenas um. Esperávamos obter R\$ 500 milhões por ano de sinergia com a Votorantim. Foi um excelente negócio", comemora. Com as unidades da Votorantim, foi agregado 1,7 milhão de toneladas à capacidade de produção do laminador do grupo, que gira em torno de quase um terço do total de 5,1 milhões de toneladas.

As plantas industriais do segmento de aços longos da ArcelorMittal Brasil trabalham com 75% de sua capacidade. E sofrem com a crise na construção civil. "Este ano a perspectiva é de crescimento zero. Em 2017, foi de -1% e, nos três últimos anos, caiu 34%". Mesmo com a falta de investimentos públicos na construção civil, vamos precisar investir mais, tendo como horizonte os próximos 10 anos."

A empresa estuda dobrar a capacidade da unidade de Monlevade (MG), com investimentos de US\$ 400 milhões (mais de R\$ 1,5 bilhão). "Já temos todos os equipamentos. Leva dois anos para montar a ampliação, entre 2019 e 2021, se o mercado retornar. E, em Vega, na unidade em São Francisco do Sul (SC), devemos expandir com mais R\$ 1,2 bilhão."

Marcelo Chara, presidente da Ternium Brasil, diz que o país é estratégico e o grupo tem uma visão de longo prazo, valorizando a sustentabilidade aliada à competitividade. "Nosso compromisso com o Brasil é total. Santa Cruz está no centro da estratégia global da companhia. Geramos mais de 9 mil empregos diretos na usina."

O grupo tem 17 centros de produção e outros 43 centros de distribuição, em seis países.

Após o anúncio da compra da CSA, a meta é integrar a linha de produtos ao México, com aços mais complexos. "Há uma sinergia total. Às vésperas de completar um ano à frente da nova gestão, em setembro, a Ternium reduziu a dependência da compra de placas no mercado e integrou a produção desde a preparação do aço até o atendimento ao cliente final. "

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Domingos Zapparoli | Para o Valor, de São Paulo

Título: Portfólio do setor siderúrgico atende diversas áreas

A produção brasileira de aço bruto em 2017 foi de 34,4 milhões de toneladas. É o aço fundido, limpo das impurezas do minério de ferro e do carvão, os insumos da produção, mas ainda não trabalhado em produto final.

Ele pode ser mantido como aço carbono ou receber a adição de elementos químicos, as ligas, que acrescentarão novas características físicas e metalúrgicas. Manganês, cromo, silício, tungstênio e níquel são os elementos mais utilizados na produção de aços especiais.

O aço bruto é transformado e comercializado como produtos semiacabados ou laminados. O semiacabado é o resultado do processo de lingotamento, que lhe da forma de placas, lingotes, blocos ou tarugos. É comercializado como matéria-prima para processamento em siderúrgicas que farão a laminação ou o forjamento.

Em 2017, 11,5 milhões de toneladas produzidas no Brasil foram comercializadas como semiacabados. Já os produtos laminados são divididos em aços planos e longos. Em 2017 as siderúrgicas brasileiras produziram 15,16 milhões toneladas de aços planos - a maior parte, 11,76 milhões toneladas, atendeu o mercado interno.

As principais aplicações dos aços planos estão nas indústrias de máquinas e equipamentos, implementos agrícolas, indústria naval, automobilística, em tubos, estruturas metálicas e na construção civil. Os aços longos são utilizados principalmente pela construção civil, pela indústria automobilística e de máquinas e equipamentos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/08/2018

Seção: Suplemento - Indústria do aço

Autor: Ediane Tiago | Para o Valor, de São Paulo

Título: Indústria 4.0 traz eficiência e ganhos de produtividade

A produção moderna de aço exige mais do que ferro e fogo. Às fornalhas e linhas de laminação, unem-se sensores, sistemas de informação, robôs e camadas de inteligência artificial. "A digitalização veio para transformar a siderurgia, melhorando processos e promovendo a eficiência", afirma Frederico Ayres Lima, presidente da Aperam South America. O executivo cita os ganhos obtidos com a instalação de um centro de comando integrado - projeto orçado em US\$ 250 mil - na planta de processamento de aço na cidade de Timóteo (MG). "No primeiro semestre deste ano, evitamos custos de US\$ 540 mil. Já está mais do que pago", destaca.

O retorno financeiro foi forjado pelo controle de processos cruciais da usina. O centro recebe, em tempo real, informações de sensores que monitoram o consumo de água, vapores, combustíveis, energia e fluídos. A solução também tornou automática toda a operação de energia elétrica. São os computadores que gerenciam e comandam a subestação, os transformadores e as cargas elétricas. A meta, afirma Lima, é digitalizar todos os processos, ampliando a segurança e a eficiência sistêmica da planta industrial. "Ao deixar as máquinas

fazerem o trabalho de inspeção, liberamos nosso time para pensar na melhoria dos processos", destaca.

Conectada à rede global do grupo, a unidade mineira participa de uma espécie de campeonato digital, que estimula a geração de ideias e a discussão de iniciativas inovadoras por meio de uma plataforma de jogos: a Boost Up. Nela, os funcionários criam seus avatares (personificação digital) e escolhem temas como segurança e bem-estar, consumo de energia, rapidez e agilidade; e redução de custos. Durante as jogadas, expõem as soluções possíveis para os problemas. "A ferramenta ampliou a participação dos colaboradores. Eles entendem que todas as ideias são válidas e serão avaliadas pela empresa", explica Lima.

O engajamento resultou na formação de equipes para o desafio anual de inovação - iniciativa que permite o intercâmbio de soluções desenvolvidas no Brasil com as unidades globais da empresa. Na última edição, o time brasileiro foi premiado, ao apresentar solução de apoio à inspeção e manutenção dentro da usina. A equipe desenhou uma pochete para celular que posiciona o aparelho na altura do peito. Com isso, é possível utilizar a câmera - com segurança - para filmar, fotografar ou enviar vídeos ao vivo para especialistas e gestores. O sistema permite ainda o acesso e consulta aos documentos arquivados em servidores de computação em nuvem, dando subsídios para a tomada de decisão. "Na planta, é preciso utilizar roupas e equipamentos especiais de segurança. A bolsa operar o celular equipado", diz. Para Lima, a iniciativa prova que a inovação pode estar nas ideias mais simples. "Vamos patentear o projeto", completa.

Flavio Alves, diretor executivo e líder de siderurgia e mineração da Accenture, confirma a busca por novos modelos de negócios. "A transformação digital leva a siderurgia a outro patamar. Eficiência, produtividade e sustentabilidade são o foco das empresas", diz. Segundo o especialista, a primeira etapa será a digitalização das plantas fabris, a partir do uso de automação inteligente, robótica, operações autônomas e impressão 3D. "Tudo será monitorado automaticamente, gerando informações para análises e melhorias contínuas", comenta.

A força de trabalho acompanhará o movimento e será treinada para operar as plantas remotamente. "É uma equipe com mobilidade, que terá acesso aos dados dentro do centro de controle ou fora dele, por meio de dispositivos móveis", comenta Alves. A tomada de decisões se torna mais ágil com os dados coletados na operação. Nas sessões de treinamento, entram em cena os sistemas de realidade aumentada e virtual, que permitem simular todos os processos.

João Batista Ferreira Neto, diretor do centro de tecnologia em metalurgia e materiais do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) destaca os avanços na manufatura aditiva, ou impressão 3D. "A tecnologia exige uma nova forma de produzir o aço", comenta. Neste cenário, as siderúrgicas terão de fabricar pó de aço, no lugar de lâminas, para permitir a impressão das peças. "A aplicação ainda está restrita a áreas como a médica e aeroespacial", lembra. Entre os desafios está o de encontrar um modelo de negócios no qual a manufatura aditiva seja compatível em preço com a metalurgia tradicional. "Ainda estamos longe disso. Mas não há dúvida que a impressão 3D vai transformar o segmento", confirma.

Ana Paola Villalva Braga, pesquisadora do laboratório de processos metalúrgicos do IPT, lembra não é preciso esperar a evolução da manufatura aditiva para inovar na produção de aço. "Ainda há muito avanço para ser feito nas técnicas produtivas atuais", reforça. Com as plantas monitoradas e gerando dados, as siderúrgicas estarão mais preparadas, na visão da pesquisadora, para entender o mercado e criar aplicações, ligas e ferramentas mais resistentes. Ela cita a parceria do IPT com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) no estudo do uso do nióbio para ampliar a resistência do aço ao fogo. "O projeto beneficia a construção civil", finaliza.

MME / ASCOM .